



# **RELATÓRIO & CONTAS**

## **2011**

**PARPARTICIPADAS, SGPS, S.A.**

*P*  
*Leandro Felipe*  
*18*

# ÍNDICE

## 1. Relatório de Gestão

1.1 Introdução

1.2 Órgãos Sociais

1.3 Organograma do Grupo

1.4 Enquadramento Macroeconómico

1.5 Evolução da actividade da sociedade

1.6 Análise Financeira da Actividade Individual

1.6.1 Resultados e rentabilidade

1.6.2 Evolução do balanço

1.7 Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

1.8 Gestão do capital e proposta de aplicação de resultados

## 2. Demonstrações Financeiras Individuais

2.1. Balanço

2.2. Demonstração do rendimento integral

2.3. Demonstração dos fluxos de caixa

2.4. Demonstração das alterações no capital próprio

## 3. Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais

## 4. Certificações

## 5. Relatório sobre Bom Governo

1  
  
19

# 1. RELATÓRIO DE GESTÃO

## 1.1 Introdução

A Sociedade PARPARTICIPADAS, SGPS, S.A. ("PARPARTICIPADAS") foi constituída no ano de 2010, através de escritura pública outorgada em 16 de Setembro de 2010, pelo BPN – Banco Português de Negócios, S.A. ("BPN"), no âmbito da reestruturação financeira desse Banco e no quadro do processo de reprivatização do mesmo.

A PARPARTICIPADAS iniciou a sua actividade, em 2 de Novembro de 2010, tendo por objecto social a gestão de participações noutras empresas, como forma indirecta do exercício de actividades económicas e a prestação de serviços técnicos de administração e gestão.

Até 31 de Dezembro de 2011 a Sociedade foi detida integralmente pelo Banco Português de Negócios, S.A. (BPN), sendo as suas operações e transacções influenciadas pelas decisões do Grupo em que aquele se insere.

No âmbito do processo de reprivatização do BPN, accionista da Sociedade, foi aprovada pelo Despacho n.º 825/11 – SETF de 3 de Junho de 2011, a aquisição pelo Estado Português, através da Direcção Geral do Tesouro e Finanças, da totalidade das acções representativas do capital social da PARPARTICIPADAS, operação que se concretizou em Fevereiro de 2012. Com a concretização desta venda, o Estado Português assumiu directamente todos os direitos e obrigações relacionados com a Sociedade.



Handwritten signature and initials in blue ink, located in the bottom right corner of the page.

## 1.2 Órgãos Sociais

### Parparticipadas, SGPS, S.A.

#### Conselho de Administração <sup>1</sup>

Rui Manuel Correia Pedras (Vogal)  
Mário Manuel Garcia Faria Gaspar (Vogal)  
Jorge António Beja Pessoa (Vogal)

#### Conselho Fiscal

Maria Rosa Tobias Sá (Presidente)  
David António Teixeira de Avelar (Vogal)  
Miguel Mendes de Barros (Vogal)  
Salomão Jorge Barbosa Ribeiro (Suplente)

#### Revisor (Efectivo)

**Efectivo**  
Deloitte & Associados, SROC, S.A., Lda.  
Representada por Dr. José António Mendes Garcia Barata, ROC nº 1210

#### Revisor (Suplente)

Dr. Carlos Luís Oliveira de Melo Loureiro, ROC nº 572

---

<sup>1</sup> O Dr. José Lourenço Soares exerceu as funções de Presidente do Conselho de Administração da Parparticipadas até final do mês de Dezembro de 2011.

*José Lourenço Soares*  
LP

## 1.3 Organograma do Grupo

Sector de actividade/Entidade	Sede	Participação %
<u>Gestão de Participações Sociais</u>		
BPN Internacional, SGPS, S.A.	Portugal	100,00%
BPN Madeira, SGPS, S.A.	Portugal	100,00%
BPN Participações Brasil Ltda	Brasil	93,71%
BPN Participações Financeiras, SGPS, Lda	Portugal	100,00%
Parparticipadas, SGPS, S.A.	Portugal	100,00%
Lugab - Gestão e Participações, S.A.	Portugal	25,00%
<u>Bancário</u>		
Banco Efisa, S.A.	Portugal	100,00%
BPN Brasil Banco Múltiplo, S.A.	Brasil	93,71%
BPN Cayman	Ilhas Caimão	100,00%
BPN IFI, S.A.	Cabo Verde	100,00%
<u>Segurador</u>		
Real Vida Seguros, S.A.	Portugal	100,00%
<u>Crédito Especializado</u>		
BPN Crédito, IFIC, S.A.	Portugal	100,00%
BPN Créditos Brasil Promotora de Vendas, Ltda	Brasil	100,00%
<u>Gestão de Activos</u>		
BPN Gestão Activos, SGFIM, S.A.	Portugal	100,00%
BPN Imofundos - SGFII, S.A.	Portugal	100,00%
<u>Fundos</u>		
BPN Optimização - Fundo de Investimento Aberto Misto de Obrigações	Portugal	22,49%
BPN Taxa Fixa Euro - Fundo de Investimento Aberto de Obrigações de Taxa Fixa	Portugal	44,43%
BPN Valorização - Fundo de Investimento Aberto Misto de Acções	Portugal	30,54%
<u>Agrupamentos Complementares de Empresas</u>		
BPN Serviços ACE	Portugal	32,00%
<u>Outras Entidades</u>		
ALC Leasing, S.A.R.L.	Moçambique	36,00%
Ergorent - Aluguer e Comércio de Equipamentos e Serviços, S.A.	Portugal	20,00%
Fenton Ventures & Resources INC	Ilhas Virgens Britânicas	30,00%
Locagest - Aluguer e Participações, Lda	Portugal	20,00%
Nearent - Aluguer e Comércio de Equipamentos, S.A.	Portugal	20,00%
Nearent Ibérica, S.L.	Espanha	25,00%
Payshope Moçambique S.A.R.L.	Moçambique	20,00%

*P*  
*João Fagundes*  
*V*

## 1.4 Enquadramento Macroeconómico

### Economia Mundial

O ano de 2011 foi caracterizado por sucessivas revisões em baixa do crescimento económico mundial. Factores como o terramoto do Japão, a crise da dívida soberana europeia com os consequentes cortes nas notações de rating dos países periféricos e as dificuldades de entendimento entre democratas e republicanos na aprovação de um plano de contenção dos gastos públicos que levou à perda da notação de rating de AAA dos EUA efectuada pela agência S&P, afectaram a confiança dos agentes económicos, especialmente nas economias desenvolvidas.

A diferença entre o dinamismo das economias emergentes e das economias desenvolvidas foi gradualmente sendo mais evidente ao longo do ano, assim como a evolução diferenciada das economias americana e europeia e, dentro do espaço da Zona Euro, da clivagem entre o ritmo de crescimento económico da Alemanha e dos restantes países do bloco.

De acordo com os últimos dados do FMI, o crescimento mundial terá sido de 3,8% em 2011, com as economias emergentes a avançar 6,2% e as economias desenvolvidas a crescerem apenas 1,6%.

Nos EUA, a economia terá crescido em 2011 1,8% enquanto que na Zona Euro, o Produto Interno Bruto (PIB) deverá ter crescido 1,6%.

No âmbito da Zona Euro, as variações de evolução económica são significativas: a Alemanha deve ter registado um crescimento do PIB de 3% enquanto que a França (segunda potência da Zona Euro) terá registado um crescimento de 1,6%, a Itália (terceira potência) deverá ter registado um crescimento de 0,4% e a Espanha (quarta potência) deverá ter crescido 0,7%. Os países em maiores dificuldades, deverão ter registado quebras do PIB de 1,6% (Portugal) e de 6,0% (Grécia), enquanto que a Irlanda já deve ter registado um ligeiro crescimento económico (0,6%).

A economia japonesa deve ter evoluído negativamente em 2011 (-0,9%) em consequência dos efeitos do sismo de grau 9 seguido de tsunami e que deu origem ao desastre nuclear de Fukushima.

Os denominados países BRIC deverão ter crescido: Brasil (2,9%), Rússia (4,1%), Índia (7,4%) e China (9,2%).

Rubrica	Previsões económicas		
	2011	2012	2013
Produto Interno Bruto			
Economias desenvolvidas	1,6%	1,2%	1,9%
Economias emergentes	6,2%	5,4%	5,9%
EUA	1,8%	1,8%	2,2%
Zona Euro	1,6%	-0,5%	0,8%
Japão	-0,9%	1,7%	1,6%
China	9,2%	8,2%	8,8%
Rússia	4,1%	3,3%	3,5%
Índia	7,4%	7,0%	7,3%
Brasil	2,9%	3,0%	4,0%
Inflação			
Economias desenvolvidas	2,7%	1,6%	1,3%
Economias emergentes	7,2%	6,2%	5,5%

Fonte: Fundo Monetário Internacional (Outlook Janeiro 2012)

A desaceleração económica verificada em 2011, em especial no segundo semestre do ano, foi a consequência da desconfiança dos agentes económicos e do aumento da aversão ao risco por parte dos investidores. Os mercados de acções, especialmente as bolsas europeias, japonesa e dos mercados emergentes, desvalorizaram-se significativamente. Os spreads de risco da dívida dos países europeus em dificuldades aumentaram, o mesmo sucedendo aos spreads da dívida das empresas, consideradas investment grade (rating igual ou superior a BBB- / Baa3) e consideradas high yield (rating inferior a BBB- / Baa3).

A política monetária foi restritiva na maior parte do ano nas economias emergentes, devido à expectativa de pressões inflacionistas que acabaram por não se verificar, levando alguns bancos centrais a flexibilizar as condições nos mercados monetários: descida dos coeficientes de reservas obrigatórias dos bancos na China e descida da taxa de juro de referência (Selic) no Brasil são alguns exemplos.

Nas economias desenvolvidas, o Banco Central Europeu (BCE) procedeu à subida da Refi Rate de 1% para 1,5% numa primeira fase para depois descer novamente para 1%.

A crise da dívida soberana europeia agravou-se, tendo Portugal solicitado no primeiro semestre um resgate da ordem de 78 mil milhões de euros e a Grécia solicitado um segundo pacote de ajuda, para além de se ter fixado um haircut da dívida em 50%, cuja negociação com os credores privados não foi concluída em 2011, esperando que o seja em Janeiro ou Fevereiro de 2012.

A situação do sector financeiro continuou complicada ao longo do ano. As necessidades de financiamento dos balanços dos bancos nos mercados monetários e de capitais continuaram difíceis. A desconfiança é significativa, pelo que, os bancos com mais excedentes continuam a preferir fazer depósitos junto do Banco Central Europeu. No final de 2011, os depósitos dos bancos no BCE eram superiores a 400 mil milhões de euros, o valor mais alto do ano.

O processo de desalavancagem continuou, a par da constante necessidade de os bancos se recapitalizarem. Até Junho de 2012, os bancos europeus têm de obter um rácio de core Tier I de 9%.

O BCE no mês de Dezembro possibilitou aos bancos financiarem-se por três anos, tendo o primeiro leilão ocorrido no dia 21/12 e foram colocados quase 500 mil milhões de euros. O segundo e último leilão ocorrerá em Fevereiro de 2012.

As estimativas económicas para 2012 apontam para uma desaceleração económica, especialmente na Zona Euro. A nível mundial, o FMI estima que o PIB cresça 3,3%, Os EUA deverão crescer em 2012 cerca de 1,8%, a Zona Euro deverá contrair 0,5%, o Japão deverá evoluir positivamente cerca de 1,7%, as economias avançadas irão crescer 1,2% e as economias emergentes deverão crescer 5,4%.

Os principais desafios para 2012 são a implementação de medidas já decididas com vista à resolução de um processo demorado como é a crise da dívida soberana europeia, o défice público americano e a bolha imobiliária na China. Esperam-se eleições em alguns países, como a França e os EUA.





Os analistas internacionais não consideram qualquer subida das taxas de juro nos EUA em 2012 e relativamente à Zona Euro, as estimativas apontam para uma nova descida da Refi Rate de 1% para 0,75% ou mesmo para 0,50%.

### **Mercados monetários**

Em 2011 a Reserva Federal Americana (FED) manteve a sua taxa de juro de cedência de liquidez ao sistema bancário em 0,25% e, continuou a transmitir aos mercados financeiros várias indicações no sentido da manutenção dos estímulos monetários com que tem enfrentado a crise financeira.

Para contrariar a tendência de retração da concessão de crédito ao sector privado da economia, o FED continuou com a política de cedência quantitativa de liquidez através de compras de dívida pública, de títulos hipotecários e de obrigações das instituições de crédito imobiliário de origem governamental até Junho de 2011. O balanço financeiro da Reserva Federal Americana continuou a aumentar, atingindo em finais de 2011 mais do triplo, face ao valor anterior à crise financeira.

A Libor do USD a 6 e a 12 meses apesar de terem subido em 2011, permaneceram em níveis reduzidos, terminando o ano nos 0,8085% e 1,12805% respectivamente (0,456% e 0,781% no final de 2010).

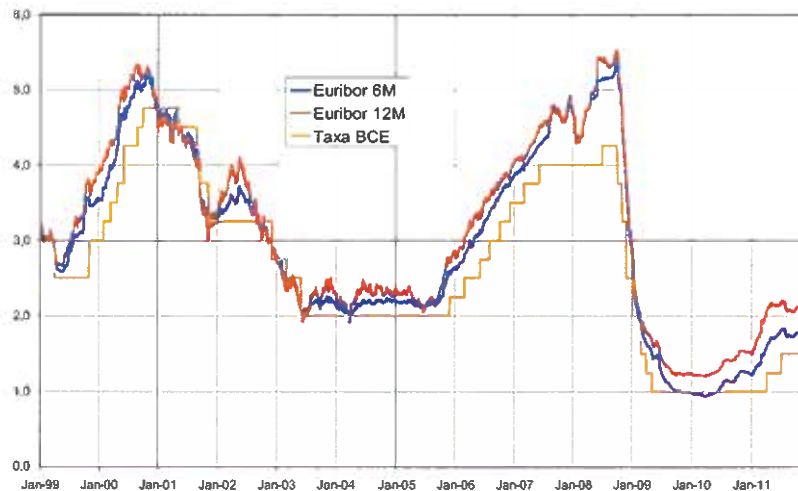
Na Europa, o Banco Central Europeu (BCE) começou por subir a Refi Rate de 1% para 1,25% e para 1,5%, devido a pressões inflacionistas que se sentiram nos primeiros meses de 2011. Os preços das commodities estiveram pressionados no primeiro trimestre do ano.

Após o Verão e com a nomeação de um novo Presidente do BCE, Mario Draghi que sucedeu a Jean Claude Trichet, a política monetária mudou. A Refi Rate desceu no último trimestre de 2011 novamente para 1% e o BCE estendeu as linhas de liquidez aos bancos por prazos até três anos.

As taxas de juro Euribor subiram, especialmente no primeiro semestre do ano. A Euribor a 12 meses passou de 1,507% em Dezembro de 2010 para 1,947% em Dezembro de 2011, enquanto a Euribor a 6 meses fechou o ano em 1,617% (1,227% em Dezembro de 2010).

O BCE acelerou a expansão do seu balanço aceitando como colateral activos de menor qualidade como contrapartida das suas cedências de liquidez e alargou os prazos dos fundos concedidos, nas operações de refinanciamento dos bancos, os quais chegaram aos três anos.

Intensificou nos períodos mais críticos, em especial no segundo semestre de 2011, a compra de obrigações de dívida pública em mercado secundário de Itália, Espanha e Portugal. As compras ascenderam no final de 2011 e desde o início do processo em 2010, a mais de 200 mil milhões de euros.



### Mercados de capitais

A evolução das bolsas mundiais foi genericamente negativa, como o espelha o índice MSCI World que apresentou uma performance negativa de 5,5%. O mercado americano de acções medido pelo índice S&P 500 apresentou uma variação nula em 2011, enquanto que as bolsas europeias caíram 11,3% (medidas pelo índice Stoxx 600). A bolsa japonesa medida pelo índice Topix caiu em 2011 18,9%. O índice da bolsa de Hong Kong caiu 20%, o índice MSCI Far East (Ásia sem o Japão) caiu 16,8%, tendo o índice MSCI Emerging Markets regredido 18,4%.

As quedas foram genéricas e espelharam os receios e a aversão ao risco por parte dos investidores.

Nos mercados obrigacionistas, registou-se uma fuga para o refúgio, com as rendibilidades até à maturidade das obrigações americanas e alemãs com dez anos de maturidade a descerem significativamente. Contrariamente, a dívida dos países europeus em dificuldades, registaram uma forte subida do prémio de risco exigido pelos investidores.

No caso português, a rendibilidade até à maturidade das obrigações de dívida pública portuguesa a dez anos subiu de 6,86% no final de 2010 para 12,771% no final de 2011. O spread da dívida pública portuguesa a dez anos face à alemã estava nos 1085 pontos base no final de 2011.

Os credit default swaps (CDS) dos países periféricos da zona euro continuaram a subir significativamente em 2011. O CDS a cinco anos de Portugal passou dos 500 pontos base (pb) no final de 2010 para os 1.117 pb no final de 2011, o de Espanha subiu de 350 pb para 393 pb e o de Itália passou de 243 pb para 502 pb.

Os spreads de risco das obrigações de empresas registaram igualmente uma subida significativa, com os índices iTraxx (espelha o spread médio pago pelos emitentes com rating igual ou superior a BBB-/Baa3) e Crossover (espelha o spread médio pago pelos emitentes com rating inferior a BBB-/Baa3) a fecharem o ano nos 175 pb (105 pb no final de 2010) e nos 760 pb (438 pb no final de 2010) respectivamente.

*Handwritten signature and initials in blue ink.*

## A Economia Portuguesa

De acordo com as últimas projecções do Banco de Portugal, o Produto Interno Bruto (PIB) da economia portuguesa decresceu 1,6% em 2011, devendo decrescer 3,1% em 2012 e crescer muito ligeiramente em 2013 (0,3%).

É preocupante a continuada queda da formação bruta de capital fixo. Depois das quedas registadas em 2009 (11,7%) e em 2010 (4,8%), este indicador voltou a cair 11,2% em 2011 e a previsão para 2012 é a de uma nova queda de 12,8%; isto é, cerca de 40% de quebra em quatro anos.

A evolução do consumo privado também é preocupante, sendo reflexo do ajustamento económico, com efeitos negativos no aumento do desemprego.

Para 2012, o Banco de Portugal prevê uma contracção do consumo privado de 6% e da procura interna de 6,5%.

Os únicos indicadores com uma evolução prevista positiva em 2012 são as exportações que devem aumentar 4,1% e a redução dos défices das balanças corrente e de capital e de bens e serviços, sendo que neste último caso, o Banco de Portugal prevê um excedente em 2012.

Rubrica	Previsões económicas		
	2011	2012	2013
Produto Interno Bruto	-1,6%	-3,1%	0,3%
Consumo Privado	-3,6%	-6,0%	-1,8%
Consumo Público	-3,2%	-2,9%	-1,4%
Formação Bruta de Capital Fixo	-11,2%	-12,8%	-1,8%
Procura Interna	-5,2%	-6,5%	-1,5%
Exportações	7,3%	4,1%	5,8%
Importações	-4,3%	-6,3%	0,7%
Balança Corrente e de Capital (% do PIB)	-6,8%	-1,6%	0,8%
Balança de Bens e Serviços (% do PIB)	-3,7%	0,3%	2,4%
Índice harmonizado de preços no consumidor	3,6%	3,2%	1,0%

Fonte: Banco de Portugal (BE Inverno 2011)

A economia portuguesa vai continuar a sofrer um processo de ajustamento e de modelo de configuração, isto é, as empresas têm de direccionar gradualmente a sua produção para o mercado interno com vista à substituição de importações e para o mercado externo para compensar o ajustamento económico actual. Os mercados das exportações devem passar cada vez mais pelas economias com melhores perspectivas de crescimento económico.

## Inflação e Desemprego

Em 2011, a inflação subiu para 3,6%, prevendo-se que possa descer para 3,2% em 2012.

A subida dos preços das commodities, teve um impacto nos preços dos combustíveis e dos produtos alimentares, bem como a subida do IVA para 23% no início do ano.

A taxa média de desemprego continuou a sua trajectória ascendente, passando de 10,9% no final de 2010 para 13,2% no final de 2011.

Os analistas em geral esperam a continuação do aumento do desemprego em 2012 para cerca de 14% a 14,5%, consoante as estimativas, o que reflecte o ajustamento económico que o País vive.

### **Finanças públicas**

Em Abril de 2011, o País solicitou ajuda financeira à Comissão Europeia e ao Fundo Monetário Internacional.

Com o acordo de assistência financeira, ficaram estabelecidas metas para o défice público em valor absoluto e em percentagem face ao PIB e o governo ficou obrigado a um vasto plano de reformas estruturais, de forma a melhorar a produtividade e o crescimento económico a médio prazo.

O défice público em percentagem face ao PIB definido para 2011 era de 5,9%, devendo ter ficado cerca dos 4%, devido a uma medida extraordinária que foi a passagem dos fundos de pensões da banca para a segurança social.

Para 2012, o objectivo do défice público é de 4,5%, mas não são permitidas medidas extraordinárias.

### **Sistema bancário**

Na sequência de várias descidas da notação de risco do País, o prémio exigido pelos investidores à dívida soberana aumentou cerca de 600 pontos na maturidade de dez anos, o mesmo sucedendo nas restantes maturidades de dívida de m/l prazo.

O acesso ao mercado para colocação de dívida de m/l prazo deixou de existir para o País, para as instituições financeiras e para as empresas nacionais em geral. A nível de dívida pública, o Estado emitiu apenas bilhetes do tesouro a 3 e a 6 meses ao longo de 2011.

Além das dificuldades financeiras, o Banco de Portugal estabeleceu novas metas de solvabilidade para os bancos, nomeadamente, um rácio de Core Tier I de 9% no final de 2011 e de 10% no final de 2012. Os bancos desenvolveram um processo de desalavancagem de activos e de reforço dos capitais próprios.

O programa de assistência financeira ao País no valor de 78 mil milhões de euros, estabelece uma parcela de 12 mil milhões de euros para reforço dos capitais próprios dos bancos nacionais, caso estes venham a necessitar.

A qualidade da carteira de crédito dos bancos portugueses continuou a deteriorar-se em 2011, com o crédito vencido a subir em valor absoluto e em percentagem da carteira de crédito.

A recessão económica que afectou as empresas e a taxa de desemprego que se agravou em 2011 cerca de 2,5% face ao valor já elevado registado em 2010, foram os factores responsáveis pelo aumento do crédito mal parado.

Os bancos nacionais continuaram ao longo de 2011 a recorrer ao financiamento junto do BCE, beneficiando em Dezembro de 2011 do leilão de financiamento a três anos efectuado por este.

### **Contas externas**

Em 2011, o Banco de Portugal apontou para uma redução do défice da Balança Corrente e de Capital para 6,8% do PIB (8,7% em 2010). Esta redução foi em grande parte explicada pela evolução da Balança de Bens e Serviços, cujo défice passou de 6,5% em 2010 para previsivelmente 3,7% em 2011.

A evolução da Balança Corrente e de Capital que tem como contrapartida as necessidades de financiamento externo da economia, ganhou nos últimos dois anos uma importância acrescida na análise do risco da dívida soberana dos países periféricos.

Para 2012, o Banco de Portugal estima que o défice da Balança Corrente e de Capital continue a descer para 1,6% do PIB e para 2013, já se espera um saldo positivo de 0,8%, o que a verificar-se, demonstra bem o ajustamento da economia portuguesa.

  
LP

## 1.5 Evolução da actividade da sociedade

A Sociedade PARPARTICIPADAS, SGPS, S.A. ("PARPARTICIPADAS") foi constituída no ano de 2010, através de escritura pública outorgada em 16 de Setembro de 2010, pelo BPN – Banco Português de Negócios, S.A. ("BPN"), no âmbito da reestruturação financeira desse Banco e no quadro do processo de reprivatização do mesmo.

A PARPARTICIPADAS iniciou a sua actividade, em 2 de Novembro de 2010, tendo por objecto social a gestão de participações noutras empresas, como forma indirecta do exercício de actividades económicas e a prestação de serviços técnicos de administração e gestão.

Em Dezembro de 2010, a Sociedade adquiriu um conjunto de participações financeiras à BPN - Participações Financeiras, SGPS, Lda. e à BPN Internacional, SGPS, S.A., entidades do Grupo BPN, pelo montante de 150.477 mil Euros, correspondente ao valor dos capitais próprios em 30 de Novembro de 2010, ajustados das reversões de provisões e imparidades efectuadas por estas, decorrentes da alienação de activos à Parvalorem, S.A. e à Parups, S.A., entidades também pertencentes ao Grupo BPN.

Em Dezembro de 2011, a Sociedade adquiriu ao BPN, a totalidade do capital social da BPN - Participações Financeiras, SGPS, Lda., pelo montante de 1 Euro, justificado pelo facto desta entidade apresentar capitais próprios negativos à data da compra. Nesta data, a Sociedade também adquiriu ao BPN os suprimentos concedidos a esta entidade pelo montante de 1 Euro.

Até 31 de Dezembro de 2011 a Sociedade foi detida integralmente pelo BPN, sendo as suas operações e transacções influenciadas pelas decisões do Grupo em que aquele se insere.

No âmbito do processo de reprivatização do BPN, foi aprovada pelo Despacho n.º 825/11 – SETF de 3 de Junho de 2011, a aquisição pelo Estado Português, através da Direcção Geral do Tesouro e Finanças, da totalidade das acções representativas do capital social da Parparticipadas, SGPS, S.A., operação que se concretizou em Fevereiro de 2012. Com a concretização desta venda, o Estado Português assumiu directamente todos os direitos e obrigações relacionados com a Sociedade.

Cabe ainda acrescentar que no final do exercício de 2011 se encontravam em curso os processos de alienação de filiais da Sociedade, designadamente das seguintes entidades: BPN Gestão de Activos SGFIM, S.A.; BPN Participações Brasil, Lda.; BPN IFI, S.A.; BPN Crédito IFIC, S.A.; Real Vida Seguros, S.A..

## 1.6 Análise Financeira da Actividade Individual

### 1.6.1 Resultados e rendibilidade

milhares €

	Dez-10	Dez-11	Varição
<b>Margem financeira</b>	<b>(60)</b>	<b>(8.878)</b>	<b>(8.818)</b>
Comissões líquidas	(1)	(120)	(119)
Outros Resultados de Exploração	-	(263)	(263)
<b>Produto da Actividade</b>	<b>(61)</b>	<b>(9.261)</b>	<b>(9.200)</b>
Custos operacionais	18	96	78
Provisões e imparidade	56.250	83.884	27.634
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>(56.329)</b>	<b>(93.241)</b>	<b>(36.912)</b>
Impostos sobre lucros	-	-	-
<b>Resultado de período / Exercício</b>	<b>(56.329)</b>	<b>(93.241)</b>	<b>(36.912)</b>

No final do exercício de 2011, o Resultado Líquido cifrou-se num prejuízo de 93,2 milhões de euros, em comparação com os 56,3 milhões de euros de prejuízos verificados no exercício anterior.

Para este resultado contribuem essencialmente as rubricas de provisões e imparidades, com 83,9 milhões de euros, e de juros e encargos similares, com 6,3 milhões de euros de juros de recursos de IC's e com 2,6 milhões de euros de juros de responsabilidades representadas por títulos.

### 1.6.2 Evolução do Balanço

milhares €

	Dez-10	Dez-11	Varição Valor
<b>Activo</b>			
Activos monetários e créditos a I.C.	361	20	(341)
Investimentos em filiais e associadas	150.477	167.201	16.724
Imparidade	(17.422)	(33.464)	(16.042)
Outros activos	-	24.350	24.350
Imparidade	-	(20.850)	(20.850)
<b>Total Activo</b>	<b>133.416</b>	<b>137.257</b>	<b>3.841</b>
<b>Passivo e Capitais Próprios</b>			
Recursos de IC's	96.690	125.809	29.119
Responsabilidades representadas por títulos	54.169	54.158	(11)
Provisões	38.828	106.670	67.842
Outros passivos	8	140	132
<b>Total Passivo</b>	<b>189.695</b>	<b>286.777</b>	<b>97.082</b>
<b>Capitais próprios</b>	<b>(56.279)</b>	<b>(149.520)</b>	<b>(93.241)</b>

O Activo Líquido da Parparticipadas, em 31 de Dezembro de 2011, situou-se em 137,3 milhões de euros, o que significou um aumento de 2,9% face ao final do ano 2010. No final do exercício de 2011, os Investimentos em filiais e associadas representavam 97% do total do Activo.

O Passivo totalizava 286,8 milhões de euros, ou seja, um aumento de 51,2% face ao registado no final do ano transacto, em resultado do acréscimo de provisões, num total de 67,8 milhões de euros, e do aumento de 29,1 milhões de euros ocorrido na rubrica de Recursos de Instituições de Crédito (+30,1%).

Os capitais próprios diminuíram 93,2 milhões de euros face ao registado no final do exercício de 2010.

### Provisões e Imparidade acumulada

milhares €

	Dez-10	Dez-11	Variação Valor
<b><u>Provisões para outros riscos e encargos</u></b>			
Banco Efisa, S.A.	1.906	8.115	6.209
BPN PF, SGPS, LDA.	-	59.233	59.233
BPN Creditus Brasil.Prom. Vendas, Lda	36.922	39.322	2.400
<b>Total</b>	<b>38.828</b>	<b>106.670</b>	<b>67.842</b>
<b><u>Imparidade acumulada</u></b>			
<b><i>Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos</i></b>			
Banco Efisa, SA	319	319	-
BPN Credito, Inst.Fin. Credito, SA	11.433	11.302	(131)
BPN Gestão de Activos, SA	63	146	83
BPN IFI, SA	221	-	(221)
BPN Participações financeiras, Lda.	5.386	21.697	16.311
<b>Total</b>	<b>17.422</b>	<b>33.464</b>	<b>16.042</b>
<b><u>Outros Activos</u></b>			
Suprimentos - BPN PF, SGPS, Lda	-	20.850	20.850

Em Dezembro de 2011 as Provisões para Outros riscos e encargos totalizaram 106,7 milhões de euros, um acréscimo de 67,8 milhões de euros face ao registado no ano anterior.

A imparidade para Investimentos em Filiais e Associadas foi de 33,5 milhões de euros, o que se traduziu por um reforço de 16 milhões de euros face ao relevado em Dezembro de 2010. Relativamente aos Outros Activos, verificou-se o registo de 20,9 milhões de euros de imparidade para os suprimentos à BPN Participações Financeiras, Lda.

*Yacine Farjane*



## 1.7 Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

No exercício de 2011, no âmbito do processo de reprivatização do BPN, foi aprovada pelo Despacho n.º 825/11 - SETF de 3 de Junho de 2011, a aquisição pelo Estado Português, através da Direcção Geral do Tesouro e Finanças, da totalidade das acções representativas do capital social da Parparticipadas, SGPS, S.A., operação que se concretizou em Fevereiro de 2012. Com a concretização desta venda, o Estado Português assumiu directamente todos os direitos e obrigações relacionados com a Sociedade.

## 1.8 Gestão do capital e proposta de aplicação de resultados

As demonstrações financeiras da Sociedade, em 31 de Dezembro de 2011, apresentam capitais próprios negativos de 149.520 milhares de Euros, situação a que se aplica o artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que o Conselho de Administração irá solicitar ao accionista que tome as medidas julgadas convenientes relativamente à perda de mais de metade do capital social da Sociedade.

Nos termos da alínea f) do n.º 1 do artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se que o Resultado Líquido do Exercício, negativo em 93.240.590,45 euros, seja totalmente transferido para Resultados Transitados.

O Resultado Consolidado foi negativo em 12.221 milhares de euros.

Lisboa, 20 de Abril de 2012

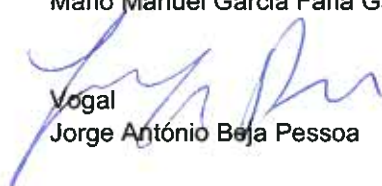
Conselho de Administração



Vogal  
Rui Manuel Correia Pedras



Vogal  
Mário Manuel Garcia Faria Gaspar



Vogal  
Jorge António Beja Pessoa

### **Anexo I**

Para efeitos do n.º 5 do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que, durante o exercício de 2011, cada um dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização não possuía qualquer acção ou obrigação das referidas nos números 1 e 2 do mesmo preceito legal.

### **Anexo II**

Para efeitos do n.º 4 do artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que, durante o exercício de 2011, o BPN – Banco Português de Negócios, S.A. foi o único accionista da PARPARTICIPADAS, SGPS, S.A., mantendo-se, nesta data, essa situação.

### **Anexo III**

Para efeitos do n.º 4 do artigo 245.º-A do Código de Valores Mobiliários informa-se que:

1. O BPN – Banco Português de Negócios, S.A. é o único accionista da PARPARTICIPADAS, SGPS, S.A., desde a constituição desta.
2. Não há accionistas titulares de direitos especiais.
3. Não há restrições em matéria de direito de voto, excepto a que se refere à correspondência de um voto a cada grupo de cem acções.
4. Os membros do Conselho de Administração são nomeados e substituídos nos termos legalmente previstos, cabendo à Assembleia Geral indicar o Presidente.
5. O Conselho de Administração tem poderes de gestão da sociedade e os estatutos não lhe atribuem competência para deliberar sobre o aumento do capital social.
6. A alteração dos estatutos e o aumento do capital social são competências da Assembleia Geral, sendo que os estatutos da sociedade estabelecem que (i) as deliberações são tomadas por maioria dos votos emitidos, correspondendo um voto a cada grupo de cem acções, e (ii) as deliberações sobre a alteração do contrato de sociedade, fusão, cisão, transformação, dissolução da sociedade ou outros assuntos para os quais a lei exija maioria qualificada, sem a especificar, devem ser aprovadas por dois terços dos votos emitidos, quer a assembleia reúna em primeira quer em segunda convocação.

### **Anexo IV**

Lista a que refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 8º da Instrução n.º 5/2008 da Comissão do Mercados de Valores Mobiliários:

• BPN – Banco Português de Negócios, S.A., 10.000 acções (100% do capital social), 100% dos direitos de voto.

## Anexo V

### Artigo 13.º-A do Regime Jurídico do Sector Empresarial do Estado e das Empresas Públicas

- O Conselho de Administração é composto por 3 administradores, a seguir identificados, não remunerados, todos com funções executivas:

- Rui Manuel Correia Pedras, Vogal do Conselho de Administração;
- Mário Manuel Garcia Faria Gaspar, Vogal do Conselho de Administração;
- Jorge António Beja Pessoa, Vogal do Conselho de Administração.

- As funções exercidas pelos membros do Conselho de Administração, os seus principais elementos curriculares e as funções exercidas pelos mesmos noutras empresas encontram-se indicadas noutra Anexo ao Relatório.

- Durante o exercício de 2011 realizaram-se 26 (vinte e seis) reuniões do Conselho de Administração.



Mário Manuel Garcia Faria Gaspar

## 2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

*P*  
*Francisco*  
*20*



PARPARTICIPADAS, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RENDIMENTO INTEGRAL INDIVIDUAL

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E PARA O


PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 16 DE SETEMBRO DE 2010

(DATA DE CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE) E 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	2011	2010
Juros e encargos similares	12	(8.878)	(60)
<b>MARGEM FINANCEIRA</b>		<b>(8.878)</b>	<b>(60)</b>
Encargos com serviços e comissões	13	(120)	(1)
Outros resultados de exploração	14	(263)	-
<b>PRODUTO BANCÁRIO</b>		<b>(9.261)</b>	<b>(61)</b>
Gastos com pessoal	15	(13)	-
Gastos gerais administrativos	16	(83)	(18)
Provisões líquidas de reposições e anulações	8	(67.842)	(38.828)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	8	(16.042)	(17.422)
<b>Resultado líquido do exercício/ período</b>		<b>(93.241)</b>	<b>(56.329)</b>
<b>Rendimento integral do exercício/ período</b>		<b>(93.241)</b>	<b>(56.329)</b>
Número médio de acções ordinárias emitidas	10	10.000	10.000
Resultado por acção (milhares de Euros)		(9,32)	(5,63)

O anexo faz parte integrante destas demonstrações.

*Rendimento Integral do Exercício/ Período*  
*Luís Manuel Soares, Facto de/por*  


PARPARTICIPADAS, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO INDIVIDUAL

PARA O EXERCÍCIO FIMDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E PARA O PERÍODO COMPREENDIDO  
ENTRE 16 DE SETEMBRO DE 2010 (DATA DE CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE) E 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Capital	Resultados transitados	Resultado do exercício	Total
Constituição da Sociedade:				
Por entrada de dinheiro	50	-	-	50
Rendimento integral do período	-	-	(56.329)	(56.329)
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	50	-	(56.329)	(56.279)
Distribuição do resultado de 2010:				
Transferência para resultados transitados	-	(56.329)	56.329	-
Rendimento integral do exercício	-	-	(93.241)	(93.241)
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	50	(56.329)	(93.241)	(149.520)

O anexo faz parte integrante destas demonstrações.



PARPARTICIPADAS, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS PARA O EXERCÍCIO

FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E PARA O PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE

16 DE SETEMBRO DE 2010 (DATA DE CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE) E 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euros)

<u>FLUXO DE CAIXA DA ACTIVIDADE OPERACIONAL:</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Pagamentos a fornecedores	(95)	(10)
Pagamento de juros e comissões	(8.998)	-
Recursos de instituições de crédito	29.119	-
	<u>20.026</u>	<u>(10)</u>
Aumentos (diminuições) em:		
Outros activos	(3.500)	-
Outros passivos	24	(1)
	<u>16.550</u>	<u>(11)</u>
 <u>FLUXO DE CAIXA DE ACTIVIDADE DE INVESTIMENTO:</u>		
Investimentos em empresas filiais e associadas	(16.724)	(150.477)
	<u>(16.724)</u>	<u>(150.477)</u>
 <u>FLUXO DE CAIXA DE ACTIVIDADE DE FINANCIAMENTO:</u>		
Empréstimos obtidos	-	96.630
Aumento de capital	-	50
Emissão de dívida titulada	-	54.169
Remuneração paga relativa às obrigações de caixa e outros	96	-
	<u>96</u>	<u>150.849</u>
Aumento (diminuição) de caixa e seus equivalentes	(78)	361
Efeito das diferenças de câmbio	(263)	-
Caixa e seus equivalentes no início do exercício/ período	361	-
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do exercício/ período</b>	<u><b>20</b></u>	<u><b>361</b></u>

O anexo faz parte integrante destas demonstrações.

*J*  
*Yves Fajon*  
*LP*



### **3. ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS**

*P*  
*Yane Freitas*  
*18*

## 1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Parparticipadas, SGPS, S.A. ("Sociedade" ou "Parparticipadas") foi constituída através de escritura pública celebrada em 16 de Setembro de 2010, tendo iniciado a sua actividade em 2 de Novembro de 2010. A Sociedade tem por objecto social a gestão de participações noutras empresas, como forma indirecta do exercício de actividades económicas e a prestação de serviços técnicos de administração e gestão.

Conforme indicado na Nota 10, até 31 de Dezembro de 2011 a Sociedade foi detida integralmente pelo Banco Português de Negócios, S.A. (BPN), sendo as suas operações e transacções influenciadas pelas decisões do Grupo em que se insere.

No exercício de 2011, no âmbito do processo de reprivatização do Banco Português de Negócios, S.A. (BPN), accionista da Sociedade, foi aprovada pelo Despacho n.º 825/11 – SETF de 3 de Junho de 2011, a aquisição pelo Estado Português, através da Direcção Geral do Tesouro e Finanças, da totalidade das acções representativas do capital social da Parparticipadas, SGPS, S.A., operação que se concretizou em Fevereiro de 2012. Com a concretização desta venda, o Estado Português assumiu directamente todos os direitos e obrigações relacionados com a Sociedade.

Em Dezembro de 2010, a Sociedade adquiriu um conjunto de participações financeiras à BPN - Participações Financeiras, SGPS, Lda. e à BPN Internacional, SGPS, S.A., entidades do Grupo BPN, pelo montante 150.477 mEuros, correspondente ao valor dos capitais próprios em 30 de Novembro de 2010, ajustados das reversões de provisões e imparidade efectuadas por estas, decorrentes da alienação de activos à Parvalorem, S.A. e à Parups, S.A., entidades também pertencentes ao Grupo BPN (Nota 4).

Em Dezembro de 2011, a Sociedade adquiriu ao BPN, a totalidade do capital social da BPN - Participações Financeiras, SGPS, Lda., pelo montante de 1 Euro, justificado pelo facto desta entidade apresentar capitais próprios negativos à data da compra. Nesta data, a Sociedade também adquiriu ao BPN os suprimentos concedidos a esta entidade pelo montante de 1 Euro (Notas 4 e 5).

As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011 encontram-se pendentes de aprovação pela Assembleia Geral. No entanto, o Conselho de Administração admite que as mesmas venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

## 2. BASES DE APRESENTAÇÃO E POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

### 2.1 Bases de apresentação das contas

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos da Sociedade mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), nos termos do Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro, e das Instruções nº 23/2004 e nº 9/2005, do Banco de Portugal, na sequência da competência que lhe é conferida pelo número 3 do Artigo 115º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro.

As NCA correspondem em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) tal como adoptadas pela União Europeia, na sequência do Regulamento (CE) Nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro e pelo Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro, do Banco de Portugal.

A Sociedade, sendo uma sociedade gestora de participações sociais, cujas filiais são principalmente instituições de crédito e empresas financeiras, encontra-se sujeita à supervisão do Banco de Portugal, preparando deste modo, as suas demonstrações financeiras individuais em NCA.

As demonstrações financeiras individuais da Sociedade foram preparadas para aprovação e publicação nos termos da legislação em vigor e para dar cumprimento aos requisitos de apresentação de contas. De acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis à actividade individual da Sociedade, as participações em filiais e associadas encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das perdas por imparidade. A Sociedade preparou, nos termos da legislação em vigor, demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia, para publicação em separado.

## 2.2 Adopção de novas Normas (IAS/IFRS) ou revisão de Normas já emitidas

Em 2011 a Sociedade utilizou as Normas e Interpretações emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) que são relevantes para as suas operações e efectivas para os períodos iniciados a partir de 1 de Janeiro de 2011, desde que aprovadas pela União Europeia.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões aprovadas ("endorsed") pela União Europeia e com aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2011, foram adoptadas pela primeira vez no exercício findo em 31 de Dezembro de 2011:

- Alterações à IAS 24 – "Divulgações de Partes Relacionadas" e alterações à IFRS 8 – "Segmentos Operacionais" - Esta revisão vem simplificar a definição de "parte relacionada", eliminando simultaneamente certas incoerências internas e prever isenções para entidades ligadas à administração pública no respeitante à quantidade de informação que essas entidades devem prestar em matéria de transacções com partes relacionadas. As alterações à IFRS 8 decorrem das alterações na IAS 24 atrás referidas;
- Alterações à IFRS 1 – "Adopção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro" - As sociedades que adoptem pela primeira vez as IFRS podem aplicar as disposições transitórias constantes da IFRIC 19;
- Alterações à IFRS 1 – "Adopção Pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro" e à IFRS 7 – "Instrumentos Financeiros: Divulgações" - Isenção limitada da obrigação de apresentar divulgações comparativas de acordo com a IFRS 7 para os adoptantes pela primeira vez;
- Melhoramentos de várias normas (IFRS 1, IFRS 3 e IFRS 7, IAS 1, 32, 34, 39 e IFRIC 13) - Melhoramentos introduzidos nas normas internacionais de relato financeiro que visam simplificar e clarificar as normas internacionais de contabilidade.

Na data de aprovação destas demonstrações financeiras pelo Conselho de Administração, as Normas e Interpretações relevantes que estão disponíveis para aplicação antecipada são as seguintes:

- IFRS 7 (Alteração) – "Divulgações de instrumentos financeiros" – Esta revisão vem aumentar os requisitos de divulgação relativamente a transacções que envolvam a transferência de activos financeiros. Pretende garantir maior transparência em relação à exposição a riscos quando activos financeiros são transferidos e a entidade que os transfere mantém algum envolvimento (exposição) nos mesmos.

A aplicação destas Normas e Interpretações não teve impactos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras da Sociedade em 31 de Dezembro de 2011.

## 2.3 Princípios contabilísticos

Os princípios contabilísticos mais significativos, utilizados na preparação das demonstrações financeiras, foram os seguintes:

### a) Especialização de exercícios

A Sociedade regista os proveitos e custos de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, sendo reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

### b) Investimentos em filiais e associadas

Esta rubrica inclui as participações em empresas nas quais a Sociedade exerce um controlo efectivo sobre a sua gestão corrente, de modo a obter benefícios económicos das suas actividades, as quais são denominadas "filiais". Normalmente o controlo é evidenciado pela detenção de mais de 50% do capital ou dos direitos de voto.



Inclui ainda as participações em empresas em que a Sociedade tem uma influência significativa, mas sobre as quais não exerce um controlo efectivo sobre a sua gestão ("associadas"). Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação se situa entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto.

Estes activos são registados ao custo de aquisição, sendo objecto de análises periódicas de imparidade, de acordo com a Norma IAS 36. Quando existe imparidade, o valor de balanço é ajustado pelo montante correspondente à participação nos capitais próprios das participadas (Nota 4). Nas situações em que o valor do capital próprio das participadas é negativo, a Sociedade regista adicionalmente uma provisão para a sua participação nas perdas dessas entidades na rubrica "Provisões para outros riscos e encargos". Os eventuais dividendos recebidos são registados em resultados por contrapartida de uma diminuição do valor do investimento financeiro.

c) Comissões

As comissões relativas a operações de crédito e outros instrumentos financeiros, nomeadamente comissões cobradas ou pagas na originação das operações, são reconhecidas ao longo do período das operações pelo método da taxa efectiva em "Juros e rendimentos similares" e "Juros e encargos similares".

As comissões por serviços prestados são normalmente reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se corresponderem à compensação pela execução de actos únicos.

2.4 Impostos sobre lucros

Impostos diferidos

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos activos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

A Sociedade não reconheceu impostos diferidos activos nas demonstrações financeiras individuais, nomeadamente os referentes a prejuízos fiscais reportáveis, na medida em que não dispõe de estudos que demonstrem a probabilidade de obtenção de lucros fiscais no futuro que possibilitem a recuperação dessas diferenças.

2.5 Conversão de saldos e transacções em moeda estrangeira

Na preparação das demonstrações financeiras individuais, as transacções em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data em que foram realizadas. Em cada data de balanço, os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional com base na taxa de câmbio em vigor. Os activos não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os activos não monetários registados ao custo histórico, incluindo activos tangíveis e intangíveis, permanecem registados ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são reflectidas em resultados do exercício, com excepção das originadas por instrumentos financeiros não monetários, tal como acções, classificadas como activos financeiros disponíveis para venda, que são registadas numa rubrica específica de capital próprio até à sua alienação.

**2.6 Estimativas contabilísticas críticas e aspectos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas**

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração da Sociedade. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras individuais da Sociedade incluem as abaixo apresentadas.

**Continuidade de operações**

As demonstrações financeiras individuais da Sociedade em 31 de Dezembro de 2011, apresentam capitais próprios negativos no montante de 149.520 mEuros, o que põe em causa a continuidade das operações e obriga à aplicação das normas constantes do Artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais. No exercício de 2011, no âmbito do processo de reprivatização do Banco Português de Negócios, S.A. (BPN), accionista da Sociedade, foi aprovada pelo Despacho n.º 825/11 – SETF de 3 de Junho de 2011, a aquisição pelo Estado Português, através da Direcção Geral do Tesouro e Finanças, da totalidade das acções representativas do capital social da Parparticipadas, SGPS, S.A., operação que se concretizou em Fevereiro de 2012. Com a concretização desta venda, o Estado Português assumiu directamente todos os direitos e obrigações relacionados com a Sociedade.

**Imparidade para participações financeiras detidas**

A Sociedade não preparou avaliações, devido às condições de mercado actuais, tendo utilizado como critério para a determinação da imparidade para as participações financeiras detidas, o valor contabilístico de cada uma das participadas em 31 de Dezembro de 2011.

**Impostos diferidos não registados**

A Sociedade não reconheceu impostos diferidos activos nas demonstrações financeiras individuais, nomeadamente os referentes a prejuízos fiscais reportáveis, na medida em que não dispõe de estudos que demonstrem a probabilidade de obtenção de lucros fiscais no futuro que possibilitem a recuperação dessas diferenças.

**3. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO**

Em 31 de Dezembro de 2011, o saldo desta rubrica respeita a depósitos à ordem no Banco Português de Negócios, S.A. e na Caixa Geral de Depósitos, S.A. nos montantes de 19 mEuros e 1 mEuros, respectivamente, os quais não são remunerados.

Em 31 de Dezembro de 2010, o saldo desta rubrica dizia respeito a depósitos à ordem não remunerados junto do Banco Português de Negócios, S.A..



4. INVESTIMENTOS EM FILIAIS E ASSOCIADAS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o saldo desta rubrica apresenta a seguinte composição:

Entidade	2011			Valor de balanço
	% de participação	Custo de Aquisição	Imparidade (Nota 8)	
Banco Efisa, S.A.	100,00%	319	(319)	-
BPN (IFI), S.A.	100,00%	55.417	-	55.417
BPN Crédito - IFIC, S.A.	100,00%	57.713	(11.302)	46.411
BPN Creditus Brasil - Promt. Vendas, Lda.	100,00%	-	-	-
BPN Gestão de Activos SGFIM, S.A.	100,00%	3.718	(146)	3.572
BPN Imofundos, SGFII, S.A.	100,00%	3.567	-	3.567
BPN Participações Brasil, Lda.	93,71%	39.945	(21.697)	18.248
BPN Participações Financeiras, SGPS, Lda.	100,00%	-	-	-
Real Vida Seguros S.A.	100,00%	6.522	-	6.522
		<u>167.201</u>	<u>(33.464)</u>	<u>133.737</u>

Entidade	2010			Valor de balanço
	% de participação	Custo de Aquisição	Imparidade (Nota 8)	
Banco Efisa, S.A.	100,00%	319	(319)	-
BPN (IFI), S.A.	100,00%	55.417	(221)	55.196
BPN Crédito - IFIC, S.A.	100,00%	57.713	(11.433)	46.280
BPN Creditus Brasil - Promt. Vendas, Lda.	100,00%	-	-	-
BPN Gestão de Activos SGFIM, S.A.	100,00%	3.718	(63)	3.655
BPN Imofundos, SGFII, S.A.	100,00%	3.567	-	3.567
BPN Participações Brasil, Lda.	86,48%	23.221	(5.386)	17.835
Real Vida Seguros S.A.	100,00%	6.522	-	6.522
		<u>150.477</u>	<u>(17.422)</u>	<u>133.055</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010  
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em Dezembro de 2011, a Sociedade adquiriu ao BPN, a totalidade do capital social da BPN - Participações Financeiras, SGPS, Lda., pelo montante de 1 Euro, justificado pelo facto desta entidade apresentar capitais próprios negativos à data da compra. Nesta data, a Sociedade também adquiriu ao BPN os suprimentos concedidos a esta entidade pelo montante de 1 Euro (Nota 5).

Durante o exercício de 2011, a BPN Participações Brasil, Lda. efectuou dois aumentos de capital social, subscritos unicamente pela Sociedade. Após a realização destas operações, a participação da Parparticipadas nesta entidade aumentou de 86,48% para 93,71%.

Em Dezembro de 2010, a Sociedade adquiriu um conjunto de participações financeiras à BPN - Participações Financeiras, SGPS, Lda. e à BPN Internacional, SGPS, S.A., entidades do Grupo BPN, pelo montante 150.477 mEuros, correspondente ao valor dos capitais próprios em 30 de Novembro de 2010, ajustados das reversões de provisões e imparidade efectuados por estas, decorrentes da alienação de activos à Parvalorem, S.A. e à Parups, S.A., entidades também pertencentes ao Grupo BPN (Nota 1).

O custo de aquisição do BPN Crédito Brasil – Promt. Vendas, Lda. correspondeu a 2 Euros, justificado pelo facto desta entidade apresentar capitais próprios negativos à data da compra.

Os dados financeiros obtidos das demonstrações financeiras não auditadas destas empresas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, podem ser resumidos da seguinte forma:

Entidade	Sede	2011		
		% de participação	Capital próprio (a)(b)	Resultado líquido
Banco Efisa, S.A.	Portugal	100,00%	(8.115)	(6.615)
BPN (IFI), S.A.	Cabo Verde	100,00%	62.143	6.947
BPN Crédito - IFIC, S.A.	Portugal	100,00%	46.411	132
BPN Crédito Brasil - Promt. Vendas, Lda.	Brasil	100,00%	(39.322)	(5.429)
BPN Gestão de Activos SGFIM, S.A.	Portugal	100,00%	3.571	(79)
BPN Imofundos, SGFII, S.A.	Portugal	100,00%	6.928	2.583
BPN Participações Brasil, Lda.	Brasil	93,71%	18.248	(16.033)
BPN Participações Financeiras, SGPS, Lda.	Portugal	100,00%	(59.233)	11.898
Real Vida Seguros S.A.	Portugal	100,00%	13.406	(3.035)

(a) O Capital próprio inclui o resultado líquido do exercício.

(b) Contas provisórias.

Entidade	Sede	2010		
		% de participação	Capital próprio (a)(b)	Resultado líquido
Banco Efisa, S.A.	Portugal	100,00%	(1.906)	84.230
BPN (IFI), S.A.	Cabo Verde	100,00%	55.196	43.539
BPN Crédito - IFIC, S.A.	Portugal	100,00%	46.280	18.306
BPN Crédito Brasil - Promt. Vendas, Lda.	Brasil	100,00%	(36.922)	773
BPN Gestão de Activos SGFIM, S.A.	Portugal	100,00%	3.655	(58)
BPN Imofundos, SGFII, S.A.	Portugal	100,00%	4.346	3.098
BPN Participações Brasil, Lda.	Brasil	86,48%	17.835	(14.831)
Real Vida Seguros S.A.	Portugal	100,00%	16.009	8.536

(a) O Capital próprio inclui o resultado líquido do período compreendido entre 16 de Setembro de 2010

(data de constituição da Sociedade) e 31 de Dezembro de 2010.

(b) Contas provisórias.

*Handwritten signature and initials:*  
  


ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010  
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a comparação entre o capital próprio das empresas filiais e associadas com os respectivos custos de aquisição apresenta o seguinte detalhe:

Entidade	2011				
	% de participação	Capital próprio (a)(b)	Custo de aquisição	Imparidade (Nota 8)	Provisões para outros riscos e encargos (Nota 8)
Banco Efisa, S.A.	100,00%	(8.115)	319	(319)	(8.115)
BPN (IFI), S.A.	100,00%	62.143	55.417	-	-
BPN Crédito - IFIC, S.A.	100,00%	46.411	57.713	(11.302)	-
BPN Creditus Brasil - Promt. Vendas, Lda.	100,00%	(39.322)	-	-	(39.322)
BPN Gestão de Activos SGFIM, S.A.	100,00%	3.572	3.718	(146)	-
BPN Imofundos, SGFII, S.A.	100,00%	6.928	3.567	-	-
BPN Participações Brasil, Lda.	93,71%	18.248	39.945	(21.697)	-
BPN Participações Financeiras, SGPS, Lda.	100,00%	(59.233)	-	-	(59.233)
Real Vida Seguros S.A.	100,00%	13.406	6.522	-	-
		<u>44.038</u>	<u>167.201</u>	<u>(33.464)</u>	<u>(106.670)</u>

(a) O capital próprio inclui o resultado líquido do exercício.

(b) Contas provisórias.

Entidade	2010				
	% de participação	Capital próprio (a)(b)	Custo de aquisição	Imparidade (Nota 8)	Provisões para outros riscos e encargos (Nota 8)
Banco Efisa, S.A.	100,00%	(1.906)	319	(319)	(1.906)
BPN (IFI), S.A.	100,00%	55.196	55.417	(221)	-
BPN Crédito - IFIC, S.A.	100,00%	46.280	57.713	(11.433)	-
BPN Creditus Brasil - Promt. Vendas, Lda.	100,00%	(36.922)	-	-	(36.922)
BPN Gestão de Activos SGFIM, S.A.	100,00%	3.655	3.718	(63)	-
BPN Imofundos, SGFII, S.A.	100,00%	4.346	3.567	-	-
BPN Participações Brasil, Lda.	86,48%	17.835	23.221	(5.386)	-
Real Vida Seguros S.A.	100,00%	16.009	6.522	-	-
		<u>104.493</u>	<u>150.477</u>	<u>(17.422)</u>	<u>(38.828)</u>

(a) O Capital próprio inclui o resultado líquido do período compreendido entre 8 de Setembro de 2010

(data de constituição da Sociedade) e 31 de Dezembro de 2010.

(b) Contas provisórias.

A rubrica "Imparidade" diz respeito à imparidade constituída pela Sociedade para as participações acima referidas e é relativa à diferença entre o valor de balanço de cada participação e o montante correspondente à participação nos capitais próprios dessas participadas.

As provisões para outros riscos e encargos destinam-se a cobrir as perdas resultantes do valor negativo dos capitais próprios das entidades acima referidas.

*Handwritten signature and initials*



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010  
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

5. OUTROS ACTIVOS

Em 31 de Dezembro de 2011, esta rubrica tem a seguinte composição:

Devedores e outras aplicações	
BPN Participações Financeiras, SGPS, Lda.	20.850
Real Vida Seguros S.A.	3.500
	<u>24.350</u>
Imparidade para outros activos (Nota 8)	
Suprimentos	(20.850)
	<u>3.500</u>

Em 31 de Dezembro de 2011, a rubrica “Devedores e outras aplicações - BPN Participações Financeiras, SGPS, Lda.”, diz respeito aos suprimentos concedidos a esta entidade e adquiridos ao BPN, pelo montante de 1 Euro. Estes suprimentos encontra-se integralmente provisionados na rubrica “Imparidade para outros activos” (Nota 8).

Em 31 de Dezembro de 2011, a rubrica “Devedores e outras aplicações - Real Vida Seguros S.A.”, diz respeito ao empréstimo concedido, sob a forma de suprimentos, à Real Vida Seguros S.A.. Estes suprimentos não vencem juros e não está previsto prazo de reembolso.

6. RECURSOS DE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2011	2010
Recursos de instituições de crédito no país		
Empréstimos	126.317	97.227
Juros a pagar	23	41
Despesas diferidas	(531)	(578)
	<u>125.809</u>	<u>96.690</u>

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica “Recursos de instituições de crédito no país” inclui financiamentos obtidos junto da Caixa Geral de Depósitos, S.A. (CGD) e do BPN. As principais condições destes financiamentos são as seguintes:

Entidade	Montante em 31.12.2011	Data máxima de pagamento	2011		Cláusula de pagamento antecipado
			Remuneração	Taxa de juro nominal em 31.12.2011	
CGD	96.327	30-12-2020	Euribor 12 meses + 4,75%	6,717%	Nas datas de pagamento dos juros e mediante prévia comunicação escrita à CGD com uma antecedência mínima de 15 dias úteis.
BPN	11.856	30-06-2012	Libor 6 meses + 2,25%	2,930%	n/a
BPN	8.994	n/a	n/a	n/a	n/a
BPN	5.640	n/a	Euribor 12 meses + 2,25%	4,290%	n/a
BPN	3.500	30-06-2012	Euribor 6 meses + 2,25%	3,956%	n/a
	<u>126.317</u>				
Entidade	Montante em 31.12.2010	Data máxima de pagamento	2010		Cláusula de pagamento antecipado
			Remuneração	Taxa de juro nominal em 31.12.2010	
CGD	96.327	30-12-2020	Euribor 12 meses + 4,75%	6,269%	Nas datas de pagamento dos juros e mediante prévia comunicação escrita à CGD com uma antecedência mínima de 15 dias úteis.
BPN	900	n/a	Euribor 12 meses + 2,25%	3,790%	n/a
	<u>97.227</u>				

*Handwritten signature and initials:*  
 João Falcão  
 LP

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010  
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os empréstimos contraídos junto da CGD pela Sociedade, pela Parups, S.A. e pela Parvalorem, S.A., detidas pelo Estado Português, no montante total de 792.953 mEuros e 795.121 mEuros, respectivamente, encontram-se colateralizados pelas seguintes garantias:

- a) Penhor das participações sociais detidas pela Sociedade na Real Vida Seguros, S.A., na BPN Crédito - IFIC, S.A. e no BPN (IFI), S.A.;
- b) Hipoteca sobre os imóveis e penhor dos títulos pertencentes à Parups, S.A.;
- c) Penhor das operações de crédito pertencentes à Parvalorem, S.A..

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica “Despesas diferidas” inclui o imposto do selo pago referente ao empréstimo obtido junto da Caixa Geral de Depósitos, S.A., que se encontra a ser diferido até à data de vencimento do mesmo (Nota 14).

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os prazos residuais dos recursos de outras instituições de crédito apresentam a seguinte estrutura:

	2011	2010
Até três meses	8.486	900
De três meses a seis meses	20.996	-
De um ano a cinco anos	33.714	21.673
Mais de cinco anos	62.613	74.117
	<u>125.809</u>	<u>96.690</u>

7. RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

Esta rubrica tem a seguinte composição (Nota 18):

	2011	2010
Obrigações em circulação	54.150	54.150
Juros a pagar	8	19
	<u>54.158</u>	<u>54.169</u>

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica “Obrigações em circulação” corresponde a um empréstimo obrigacionista, emitido pela Sociedade. Estas obrigações foram integralmente subscritas pela Caixa Geral de Depósitos, S.A., apresentam garantia do Estado Português e encontram-se admitidas à negociação na Euronext Lisbon. As principais condições desta emissão são as seguintes:

Entidade Emissora	Valor nominal	Quantidade	Data de emissão	Data de reembolso	Remuneração	Taxa de Juro nominal em 31.12.2011	Taxa de Juro nominal em 31.12.2010	Cláusula de Reembolso Antecipado
Parparticipadas, SGPS, S.A	50.000	1.083	30-12-2010	30-12-2020	Eunbor 12 meses + 3,25%	5,217%	4,757%	A partir da 2ª data de pagamento de Juros (inclusivé), sempre em data coincidente com uma data de pagamento de juros, devendo a Emitente publicar a intenção de reembolso antecipado através de anúncio no Boletim Euronext Lisbon, com uma antecedência

*Handwritten signature and initials in blue ink.*

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010  
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

8. PROVISÕES E IMPARIDADE

O movimento ocorrido nas provisões e na imparidade durante o exercício de 2011 e no período compreendido entre 16 de Setembro de 2010 (data de constituição da Sociedade) e 31 de Dezembro de 2010 foi o seguinte:

	2011			Saldo em 31.12.2011
	Saldo em 31.12.2010	Reforços, líquidos de reposições	Outros	
Provisões para outros riscos e encargos (Nota 4)	38.828	67.842	-	106.670
Imparidade para investimentos em filiais e associadas (Nota 4)	17.422	16.042	-	33.464
Imparidade para outros activos (Nota 5)	-	-	20.850	20.850
	<u>56.250</u>	<u>83.884</u>	<u>20.850</u>	<u>160.984</u>

	2010		
	Saldo inicial	Reforços, líquidos de reposições	Saldo em 31.12.2010
Provisões para outros riscos e encargos (Nota 4)	-	38.828	38.828
Imparidade para investimentos em filiais e associadas (Nota 4)	-	17.422	17.422
	<u>-</u>	<u>56.250</u>	<u>56.250</u>

Em 31 de Dezembro de 2011, o montante registado na coluna "Outros" na rubrica "Imparidade para outros activos" diz respeito à provisão que estava constituída no BPN e que foi transferida para a Parparticipadas, no âmbito do contrato de aquisição de suprimentos celebrado entre ambas as entidades. Consequentemente, decorrente desta operação a Parparticipadas registou os suprimentos nas suas demonstrações financeiras, na rubrica "Outros activos", pelo seu valor nominal, registando também a imparidade associada na rubrica acima referida (Nota 5).

A rubrica "Imparidade para investimentos em filiais e associadas" diz respeito à imparidade constituída para as participações da Sociedade relativa à diferença entre o valor da balanço de cada participação e o montante correspondente à participação nos capitais próprios dessas participadas.

No exercício de 2011, as provisões para outros riscos e encargos destinam-se a cobrir as perdas resultantes do valor negativo da situação líquida das participadas Banco Efisa, S.A., BPN Créditus Brasil – Promotora de Vendas Ltda e BPN - Participações Brasil, Lda (Nota 4).

9. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2011	2010
Credores e outros recursos		
Sector público administrativo	1	2
Credores diversos		
Credores por fornecimento de bens	31	6
Comissões a pagar	108	-
	<u>140</u>	<u>8</u>

*[Handwritten signature and initials]*

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010  
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2011, a rubrica “Comissões a pagar” diz respeito à comissão de garantia a pagar, no âmbito da garantia prestada na emissão do empréstimo obrigacionista pelo Estado Português. Esta comissão corresponde a 0,2% do montante em dívida e é devida anualmente.

10. CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o capital social encontra-se integralmente subscrito e realizado, estando representado por dez mil ações com o valor nominal de cinco Euros cada uma, integralmente detidas pelo Banco Português de Negócios, S.A.

11. RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, as rubricas reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Outras reservas e resultados transitados:		
Resultados transitados	(56.329)	-
Resultado líquido do exercício	<u>(93.241)</u>	<u>(56.329)</u>
	<u>(149.570)</u>	<u>(56.329)</u>

12. JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
<u>Juros e encargos similares:</u>		
Juros de recursos de instituições de crédito	6.272	41
Juros de responsabilidades representadas por títulos	2.606	19
	<u>8.878</u>	<u>60</u>

No exercício de 2010, o saldo desta rubrica diz respeito ao período compreendido entre 16 de Setembro (data de constituição da Sociedade) e 31 de Dezembro de 2010.

13. ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

No exercício de 2011 e no período compreendido entre 16 de Setembro de 2010 (data de constituição da Sociedade) e 31 de Dezembro de 2010, o saldo desta rubrica diz respeito a comissões associadas aos financiamentos contraídos junto da Caixa Geral de Depósitos, S.A. e do BPN.

14. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

No exercício de 2011, esta rubrica diz respeito ao diferimento do imposto de selo pago, referente ao empréstimo obtido junto da CGD (Nota 6).

15. GASTOS COM PESSOAL

No exercício de 2011, esta rubrica tem a seguinte composição:

Remunerações dos órgãos sociais	12
Encargos sobre remunerações	1
	<u>13</u>

A partir de Maio de 2011, a Sociedade passou a suportar custos com pessoal, sendo o saldo desta rubrica relativo integralmente a custos suportados com a remuneração dos membros do Conselho Fiscal.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010  
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

16. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2011	2010
Com serviços especializados		
Avenças e honorários	1	12
Judiciais, contencioso e notariado	5	-
Consultores e auditores externos	63	-
Outros serviços especializados		
Outros serviços	14	6
	<u>83</u>	<u>18</u>

No exercício de 2011, a rubrica “Com serviços especializados – Consultores e auditores externos” inclui o montante de 50 mEuros relativos aos honorários totais facturados pelo Revisor Oficial de Contas respeitantes ao exercício, respeitante integralmente à revisão legal das contas, divulgado para efeitos do cumprimento da alteração introduzida pelo Decreto-Lei nº 185/2009, de 12 de Agosto, ao Artigo 66º-A do Código das Sociedades Comerciais.

17. RELATO POR SEGMENTOS

Linhas de negócio

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os principais activos, passivos e rubricas de resultados encontram-se totalmente alocados ao segmento de “Negociação e vendas”. A Sociedade enquadra nesta linha de negócio toda a sua actividade, relacionada nomeadamente com gestão de participações sociais e operações de mercado monetário e cambial.

Mercados Geográficos

	2011			
	Portugal	América Latina	África	Total
Disponibilidades em outras instituições de crédito	20	-	-	20
Investimentos em filiais e associadas	60.073	18.247	55.417	133.737
Outros activos	3.500	-	-	3.500
Activo líquido total	<u>63.593</u>	<u>18.247</u>	<u>55.417</u>	<u>137.257</u>
Recursos de outras instituições de crédito	125.809	-	-	125.809
Responsabilidades representadas por títulos	54.158	-	-	54.158
Outros	67.488	39.322	-	106.810
Passivo Total	<u>247.455</u>	<u>39.322</u>	<u>-</u>	<u>286.777</u>

	2011			
	Portugal	América Latina	África	Total
Margem financeira estrita	(8.878)	-	-	(8.878)
Encargos com serviços e comissões	(120)	-	-	(120)
Outros resultados de exploração	(263)	-	-	(263)
Produto bancário	<u>(9.261)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(9.261)</u>
Outros custos / proveitos	(81.800)	(2.401)	221	(83.980)
Resultado líquido do exercício	<u>(91.061)</u>	<u>(2.401)</u>	<u>221</u>	<u>(93.241)</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010  
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2010			
	Portugal	América Latina	África	Total
Disponibilidades em outras instituições de crédito	361	-	-	361
Investimentos em filiais e associadas	60.024	17.835	55.196	133.055
<b>Activo líquido total</b>	<b>60.385</b>	<b>17.835</b>	<b>55.196</b>	<b>133.416</b>
Recursos de outras instituições de crédito	96.690	-	-	96.690
Responsabilidades representadas por títulos	54.169	-	-	54.169
Outros	1.914	36.922	-	38.836
<b>Passivo Total</b>	<b>152.773</b>	<b>36.922</b>	<b>-</b>	<b>189.695</b>

	2010			
	Portugal	América Latina	África	Total
Margem Financeira estrita	(60)	-	-	(60)
Encargos com serviços e comissões	(1)	-	-	(1)
Produto bancário	(61)	-	-	(61)
Outros resultados de exploração	(13.739)	(42.308)	(221)	(56.268)
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>(13.800)</b>	<b>(42.308)</b>	<b>(221)</b>	<b>(56.329)</b>

18. ENTIDADES RELACIONADAS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, são consideradas entidades relacionadas desta Sociedade, o Banco Português de Negócios, S.A. (accionista directo da Sociedade), a Direcção Geral do Tesouro e Finanças (accionista indirecto da Sociedade), as outras entidades pertencentes ao Estado Português, as entidades pertencentes ao Grupo BPN e os órgãos de gestão da Sociedade.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, as demonstrações financeiras da Sociedade incluem os seguintes saldos e transacções com entidades relacionadas:

	2011				
	Direcção Geral do Tesouro e Finanças	CGD	BPN	BPN Participações Financeiras, SGPS, Lda.	Real Vida Seguros, S.A.
<b>Activos:</b>					
Disponibilidades em outras instituições de crédito (Nota 3)	-	1	19	-	-
Outros activos (Nota 5)	-	-	-	20.850	3.500
	-	1	19	20.850	3.500
<b>Passivos:</b>					
Responsabilidades representados por títulos (Nota 7)	-	54.266	-	-	-
Recursos de instituições de crédito	-	95.813	29.996	-	-
	-	150.079	29.996	-	-
<b>Custos:</b>					
Juros e encargos similares	-	8.720	158	-	-
Encargos com serviços e comissões	108	6	6	-	-
	108	158.806	30.179	20.850	3.500

	2010	
	CGD	BPN
<u>Activos:</u>		
Disponibilidades em outras instituições de crédito (Nota 3)	-	361
<u>Passivos:</u>		
Responsabilidades representados por títulos (Nota 7)	54.169	-
Recursos de instituições de crédito	95.790	900
	149.959	900
<u>Custos:</u>		
Juros e encargos similares	60	-
Encargos com serviços e comissões	-	1
	60	1
	150.019	1.262

#### 19. GESTÃO DE CAPITAL

As demonstrações financeiras individuais da Sociedade em 31 de Dezembro de 2011, apresentam capitais próprios negativos no montante de 149.520 mEuros, o que põe em causa a continuidade das operações e obriga à aplicação das normas constantes do Artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais. No exercício de 2011, no âmbito do processo de reprivatização do Banco Português de Negócios, S.A. (BPN), accionista da Sociedade, foi aprovada pelo Despacho n.º 825/11 – SETF de 3 de Junho de 2011, a aquisição pelo Estado Português, através da Direcção Geral do Tesouro e Finanças, da totalidade das acções representativas do capital social da Parparticipadas, SGPS, S.A., operação que se concretizou em Fevereiro de 2012. Com a concretização desta venda, o Estado Português assumiu directamente todos os direitos e obrigações relacionados com a Sociedade.

#### 20. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS

##### Políticas de gestão do risco

##### **Risco de Taxa de Juro**

O risco de taxa de juro pode ser definido como o impacto nos resultados e nos capitais próprios de uma variação adversa das taxas de juro de mercado. Incorre-se na assunção de risco de taxa de juro sempre que, no desenvolvimento da actividade, se contratam operações com fluxos financeiros futuros sensíveis a eventuais variações da taxa de juro.

##### **Risco de Liquidez**

O risco de liquidez é o risco de uma instituição não possuir recursos suficientes para financiar os seus activos ou para honrar os seus compromissos sem incorrer em perdas inaceitáveis.

##### **Risco de Mercado**

O risco de mercado é o risco da existência de perdas decorrentes da variação adversa de valor de um instrumento financeiro como consequência da variação de factores de risco, nomeadamente taxa de juro, taxa de câmbio, spreads de crédito, preços de acções e preços de mercadorias.

O risco de mercado é medido diariamente em termos de sensibilidade a variações nos factores de risco, como sejam a taxa de juro (basis point value) e as taxas de câmbio.

##### **Risco Cambial**

O risco cambial representa o risco de perdas devido a variações adversas nas taxas de câmbio.

**Natureza e extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros**

***Risco de liquidez***

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os cash-flows previsionais (não descontados), dos instrumentos financeiros, de acordo com a respectiva maturidade contratual, apresentam o seguinte detalhe:

2011							
Prazos Residuais Contratuais							
Até 1 Mês	De 1 Mês a 3 Meses	De 3 Meses a 6 Meses	De 1 Ano a 3 Anos	De 3 Anos a 5 Anos	De 5 Anos a 10 Anos	Indeterminado	Total
<b>Activo</b>							
Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito	20	-	-	-	-	-	20
Investimentos em filiais e associadas	-	-	-	-	-	133.737	133.737
Outros Activos	-	-	-	-	-	3.500	3.500
	<b>20</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>137.237</b>	<b>137.257</b>
<b>Passivo</b>							
Recursos de Instituições de Crédito	-	14.126	15.356	12.041	21.674	62.613	125.809
Responsabilidades Representadas por Títulos	-	-	-	6.777	12.184	35.198	54.158
Provisões	-	-	-	-	-	106.670	106.670
Outros Passivos	-	-	-	-	-	140	140
	<b>-</b>	<b>14.126</b>	<b>15.356</b>	<b>18.818</b>	<b>33.857</b>	<b>106.810</b>	<b>286.777</b>
Diferencial	<b>20</b>	<b>(14.126)</b>	<b>(15.356)</b>	<b>(18.818)</b>	<b>(33.857)</b>	<b>30.427</b>	<b>(149.520)</b>

2010							
Prazos Residuais Contratuais							
Até 1 Mês	De 1 Mês a 3 Meses	De 3 Meses a 6 Meses	De 1 Ano a 3 Anos	De 3 Anos a 5 Anos	De 5 Anos a 10 Anos	Indeterminado	Total
<b>Activo</b>							
Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito	361	-	-	-	-	-	361
Investimentos em filiais e associadas	-	-	-	-	-	133.055	133.055
	<b>361</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>133.055</b>	<b>133.416</b>
<b>Passivo</b>							
Recursos de Instituições de Crédito	-	900	-	4.816	16.857	74.117	96.690
Responsabilidades Representadas por Títulos	-	-	-	2.727	9.476	41.966	54.169
Provisões	-	-	-	-	-	38.828	38.828
Outros Passivos	-	-	-	-	-	8	8
	<b>-</b>	<b>900</b>	<b>-</b>	<b>7.543</b>	<b>26.334</b>	<b>116.083</b>	<b>189.695</b>
Diferencial	<b>361</b>	<b>(900)</b>	<b>-</b>	<b>(7.543)</b>	<b>(26.334)</b>	<b>(116.083)</b>	<b>(56.279)</b>

***Risco de taxa de juro***

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o desenvolvimento do valor nominal dos instrumentos financeiros com exposição a risco de taxa de juro, em função da sua maturidade ou data de refixação, é apresentado no quadro seguinte:

2011						
Datas de Refixação / Datas de Maturidade						
< = 7 Dias	> 1 Mês < = 3 Meses	> 3 Meses < = 6 Meses	> 12 Meses < = 3 Anos	> 3 Anos	Indeterminado	Total
<b>Activo</b>						
Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito	20	-	-	-	-	20
Investimentos em filiais e associadas	-	-	-	-	133.737	133.737
Outros Activos	-	-	-	-	3.500	3.500
	<b>20</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>137.237</b>	<b>137.257</b>
<b>Passivo</b>						
Recursos de Instituições de Crédito	-	14.126	15.356	12.041	84.286	125.809
Responsabilidades Representadas por Títulos	-	-	-	6.777	47.381	54.158
Provisões	-	-	-	-	106.670	106.670
Outros Passivos	-	-	-	-	140	140
	<b>-</b>	<b>14.126</b>	<b>15.356</b>	<b>18.818</b>	<b>131.667</b>	<b>286.777</b>
Exposição Líquida	<b>20</b>	<b>(14.126)</b>	<b>(15.356)</b>	<b>(18.818)</b>	<b>(131.667)</b>	<b>30.427</b>



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010  
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2010						Total
	Datas de Refixação / Datas de Maturidade						
	< = 7 Dias	> 1 Mês < = 3 Meses	> 3 Meses < = 6 Meses	> 12 Meses < = 3 Anos	> 3 Anos	Indeterminado	
<b>Activo</b>							
Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito	361	-	-	-	-	-	361
Investimentos em filiais e associadas	-	-	-	-	-	133.055	133.055
	<u>361</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>133.055</u>	<u>133.416</u>
<b>Passivo</b>							
Recursos de Instituições de Crédito	-	900	-	4.816	90.974	-	96.690
Responsabilidades Representadas por Títulos	-	-	-	2.726	51.443	-	54.169
Provisões	-	-	-	-	-	38.828	38.828
Outros Passivos	-	-	-	-	-	8	8
	<u>-</u>	<u>900</u>	<u>-</u>	<u>7.542</u>	<u>142.417</u>	<u>38.836</u>	<u>189.695</u>
Exposição Líquida	361	(900)	-	(7.542)	(142.417)	94.219	(56.279)

**Risco de mercado**

O risco de mercado corresponde ao risco de variação do justo valor ou dos “cash-flows” dos instrumentos financeiros em função de alterações nos preços de mercado, incluindo o risco de taxa de juro:

**Risco de taxa de juro**

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o impacto no justo valor dos instrumentos financeiros sensíveis a risco de taxa de juro de deslocações paralelas na curva das taxas de juro de referência de 50, 100 e 200 basis points (bp), respectivamente, pode ser demonstrado pelo seguinte quadro:

	2011					
	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
<b>Passivo</b>						
Recurso de outras instituições de crédito	(4.831)	(2.416)	(1.208)	1.208	2.416	4.831
Responsabilidades representadas por títulos	(781)	(391)	(195)	195	391	781
Total passivo sensível	<u>(5.612)</u>	<u>(2.807)</u>	<u>(1.403)</u>	<u>1.403</u>	<u>2.807</u>	<u>5.612</u>
Total Ganho / Perda	<u>(5.612)</u>	<u>(2.807)</u>	<u>(1.403)</u>	<u>1.403</u>	<u>2.807</u>	<u>5.612</u>

	2010					
	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
<b>Passivo</b>						
Recurso de outras instituições de crédito	(1.393)	(696)	(348)	348	696	1.393
Responsabilidades representadas por títulos	(780)	(390)	(195)	195	390	780
Total passivo sensível	<u>(2.173)</u>	<u>(1.086)</u>	<u>(543)</u>	<u>543</u>	<u>1.086</u>	<u>2.173</u>
Total Ganho / Perda	<u>(2.173)</u>	<u>(1.086)</u>	<u>(543)</u>	<u>543</u>	<u>1.086</u>	<u>2.173</u>

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, as rubricas de activo não se encontram sujeitas a risco de taxa de juro.

No quadro seguinte é apresentado o efeito na margem financeira projectada para o exercício de 2012 e 2011, de uma deslocação paralela das curvas de taxas de juro de 50, 100 e 200 bp que indexam os instrumentos financeiros sensíveis a variações na taxa de juro:

	Projeção Margem Financeira - Exercício de 2012					
	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Custos com Juros	(271)	(136)	(68)	68	136	271
Margem Financeira	<u>(271)</u>	<u>(136)</u>	<u>(68)</u>	<u>68</u>	<u>136</u>	<u>271</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010  
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	Projecção Margem Financeira - Exercício de 2011					
	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Custos com Juros	754	377	189	(189)	(377)	(754)
Margem Financeira	754	377	189	(189)	(377)	(754)

Justo valor

A comparação entre o justo valor e o valor de balanço dos principais activos e passivos registados pelo custo amortizado, em 31 de Dezembro de 2011, é apresentado como se segue:

	Saldos Analisados			Saldos Não Analisados	
	Valor de Balanço	Justo Valor	Diferença	Valor de Balanço	Valor Total de Balanço
<b>Activo</b>					
Disponibilidades em outras instituições de crédito	20	20	-	-	20
	20	20	-	-	20
<b>Passivo</b>					
Recursos de instituições de crédito	125.809	125.809	-	-	125.809
Responsabilidades Representadas por Títulos	54.158	54.158	-	-	54.158
	179.967	179.967	-	-	179.967

A Sociedade considera que o valor contabilístico dos principais activos e passivos registados ao custo amortizado é uma aproximação razoável do seu justo valor, nomeadamente:

- **Empréstimos obrigacionistas:** Esta rubrica inclui uma emissão de obrigações pela Sociedade efectuada em 30 de Dezembro de 2010, com garantia da República Portuguesa e totalmente subscrita pela Caixa Geral de Depósitos, S.A.. Tendo em conta a evolução das taxas de mercado, a Sociedade considera que não existem razões para crer que, se a operação fosse finalizada no final de 2011, teria condições diferentes. O valor contabilístico é pois uma aproximação razoável do seu justo valor;
- **Empréstimos bancários:** Esta rubrica inclui um financiamento obtido junto da Caixa Geral de Depósitos, S.A., com maturidade em 30 de Dezembro de 2020, e financiamentos correntes junto do BPN. No caso destes últimos as condições fixadas no último trimestre de 2011 para as tranches mais recentes foram idênticas às que vigoravam para a conta corrente aberta em 2010, tendo continuado a ser aplicadas no início de 2012. Por outro lado, dada a evolução das taxas de mercado, a Sociedade considera que não existem razões para crer que, se o financiamento junto da CGD fosse finalizado no final de 2011, teria condições diferentes. Por estas razões, a Sociedade considera que o valor contabilístico corresponde a uma aproximação razoável do seu justo valor.

21. EVENTOS SUBSEQUENTES

No exercício de 2011, no âmbito do processo de reprivatização do BPN, foi aprovada pelo Despacho n.º 825/11 – SETF de 3 de Junho, a aquisição pelo Estado Português, através da Direcção Geral do Tesouro e Finanças, da totalidade das acções representativas do capital social da Sociedade, operação que se concretizou em Fevereiro de 2012.

*Handwritten signature and initials in blue ink.*

## 4. CERTIFICAÇÕES

  
Handwritten signature in blue ink, possibly reading "João Augusto" or similar, with a stylized flourish above it.

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

### CONTAS INDIVIDUAIS

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros)

#### **Introdução**

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira individual contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras individuais anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 da Parparticipadas, SGPS, S.A. (Sociedade), as quais compreendem o balanço individual em 31 de Dezembro de 2011 (que evidencia um total de 137.257 mEuros e capitais próprios negativos de 149.520 mEuros, incluindo um resultado líquido negativo de 93.241 mEuros), as demonstrações individuais do rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa e o correspondente Anexo.

#### **Responsabilidades**

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Sociedade: (i) a preparação de demonstrações financeiras individuais que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira individual da Sociedade, o resultado e o rendimento integral individuais das suas operações, as alterações no seu capital próprio individual e os seus fluxos de caixa individuais; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilisticamente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

**Âmbito**

4. Excepto quanto à limitação descrita no parágrafo 5 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras individuais estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras individuais e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras individuais, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas individuais, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

**Reserva**

5. Em 31 de Dezembro de 2011, a Sociedade detém participações financeiras registadas na rubrica “Investimentos em filiais e associadas” no montante líquido contabilístico de 133.737 mEuros. Conforme descrito na Nota 4, a Sociedade regista, nas suas demonstrações financeiras individuais, imparidade para as participações por si detidas, apurada pela diferença entre o valor de balanço e o montante correspondente à participação nos capitais próprios dessas participadas. Até à data de conclusão do nosso trabalho, não obtivemos as Certificações Legais das Contas relativas às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011 das seguintes participadas da Sociedade: i) Banco Efisa, S.A.; ii) BPN (IFI), S.A.; iii) BPN Crédito – IFIC, S.A.; iv) BPN Gestão de Activos – SGFIM, S.A.; e v) BPN Participações Financeiras, SGPS, S.A.. Deste modo, não nos é possível quantificar o impacto desta situação nas demonstrações financeiras individuais da Sociedade em 31 de Dezembro de 2011.

**Opinião**

6. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários, caso não existisse a limitação descrita no parágrafo 5 acima, as demonstrações financeiras individuais referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes para os fins descritos no parágrafo 9 abaixo, a posição financeira individual da Parparticipadas, SGPS, S.A. em 31 de Dezembro de 2011, bem como o resultado e o rendimento integral individuais das suas operações, as alterações no seu capital próprio individual e os seus fluxos de caixa individuais, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal (Nota 2) e a informação financeira nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

**Ênfases**

7. Conforme descrito na Nota 19, as demonstrações financeiras individuais da Sociedade em 31 de Dezembro de 2011, apresentam capitais próprios negativos no montante de 149.520 mEuros, o que põe em causa a continuidade das operações e obriga à aplicação das normas constantes do Artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais. No exercício de 2011, no âmbito do processo de reprivatização do Banco Português de Negócios, S.A. (BPN), accionista da Sociedade, foi aprovada pelo Despacho n.º 825/11 – SETF de 3 de Junho de 2011, a aquisição pelo Estado Português, através da Direcção Geral do Tesouro e Finanças, da totalidade das acções representativas do capital social da Parparticipadas, SGPS, S.A., operação que se concretizou em Fevereiro de 2012. Com a concretização desta venda, o Estado Português assumiu directamente todos os direitos e obrigações relacionados com a Sociedade.
8. As demonstrações financeiras individuais mencionadas no parágrafo 1 acima referem-se à actividade individual da Sociedade, tendo sido elaboradas para aprovação e publicação nos termos da legislação em vigor e para dar cumprimento aos requisitos de apresentação de contas. De acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis à actividade individual da Sociedade, as participações em filiais e associadas encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das perdas por imparidade. A Sociedade irá preparar, nos termos da legislação em vigor, demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia, para publicação em separado.
9. As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 são apresentadas pela Sociedade de forma a dar cumprimento aos requisitos de publicação de contas. Estas demonstrações financeiras foram por nós examinadas e a respectiva Certificação Legal das Contas incluía uma reserva por limitação ao âmbito relacionada com as imparidades constituídas para fazer face a eventuais problemas de realização na carteira de crédito concedido da BPN Crédito - IFIC, S.A. e com a não obtenção de resposta ao nosso pedido de confirmação de saldos por parte de um banco central relativo a recursos mantidos e de alguns clientes relativos a depósitos e a títulos depositados no Banco Português de Negócios (IFN), S.A..

**Relato sobre outros requisitos legais**

10. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras individuais do exercício de 2011 e o relato sobre as práticas de governo societário inclui os elementos exigíveis à Sociedade nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Lisboa, 30 de Abril de 2012



---

Deloitte & Associados, SROC S.A.  
Representada por José António Mendes Garcia Barata



Exercício de 2011  
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

1. De acordo com o disposto no artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, cumpre ao Conselho Fiscal emitir relatório sobre a sua ação fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório de gestão, as contas e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração da Parparticipadas, SGPS, S.A.. (adiante designada por Sociedade ou PARPARTICIPADAS), relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011.
2. Os atuais membros do Conselho Fiscal da PARPARTICIPADAS foram eleitos por Deliberação Unânime do Acionista Único datada de 28 de Abril de 2011.
3. Embora o Conselho Fiscal tenha exercido funções só durante 8 meses de 2011, tendo em consideração o modelo de governação adotado na PARPARTICIPADAS, e no âmbito das competências que lhe estão cometidas, procurou conhecer e fiscalizar, diligentemente, os atos de gestão do Conselho de Administração da Sociedade, tendo, entre outras medidas, reunido regularmente com os membros do Conselho de Administração e com os representantes da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, para além de ter tido acesso à documentação e aos esclarecimentos que entendeu solicitar para compreender o suporte das decisões tomadas.

O Conselho Fiscal realizou, durante 2011, 6 reuniões formais.

O Conselho Fiscal irá, durante o decurso do exercício de 2012, aprofundar o conhecimento sobre a Sociedade e a respetiva atividade, acompanhando, com a periodicidade e extensão consideradas adequadas, tendo em atenção a natureza e amplitude da atividade, o respetivo desenvolvimento.

4. No âmbito das funções previstas no Código das Sociedades Comerciais, o Conselho Fiscal analisou, em articulação técnica com a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, o Relatório de Gestão e as Contas referentes ao exercício de 2011, apresentados pelo Conselho de Administração da PARPARTICIPADAS, e que foram aprovados em reunião realizada em 20 de abril de 2012.
5. Com base nos procedimentos que puderam ser desenvolvidos, o Conselho Fiscal, não tendo conhecimento de qualquer dado relevante que pudesse alterar, com materialidade, o seu parecer, concluiu que o Relatório de Gestão e as Contas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, e tendo presente a chamada de atenção feita no ponto 8 deste parecer, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Sociedade naquela data.

# PARPARTICIPADAS, SGPS, S.A.

Conselho Fiscal

**6.** O Conselho Fiscal realça que:

A PARPARTICIPADAS foi constituída em 2010, através de escritura pública outorgada em 16 de Setembro, pelo BPN - Banco Português de Negócios, S.A. ("BPN"), no âmbito da reestruturação financeira desse Banco e no quadro do processo de reprivatização do mesmo, tendo iniciado a sua atividade em 2 de novembro de 2010. O objeto social da Sociedade consiste na gestão de participações noutras empresas, como forma indireta do exercício de atividades económicas e a prestação de serviços técnicos de administração e gestão.

Até 31 de dezembro de 2011, a Sociedade foi detida integralmente pelo BPN, sendo as suas operações e transações influenciadas pelas decisões do Grupo em que estava inserida.

Em dezembro de 2010, a Sociedade adquiriu à BPN - Participações Financeiras SGPS, Lda., e à BPN Internacional, SGPS, S.A. - entidades do grupo BPN - um conjunto de participações financeiras, pelo montante 150.477 mEuros, correspondente ao valor dos capitais próprios em 30 de novembro, ajustados das reversões de provisões e imparidades efectuadas por estas, decorrentes da alienação de ativos à Parvalorem, S.A. e à Parups, S.A. - entidades também pertencentes ao Grupo BPN.

Em junho de 2011, no âmbito do processo de reprivatização do BPN, a Secretaria de Estado do Tesouro e Finanças aprovou (Despacho 825/11, de 3 de junho) a aquisição pelo Estado Português da totalidade das ações representativas do capital social da PARPARTICIPADAS, operação que veio a concretizar-se em Fevereiro de 2012. Com esta aquisição, passou o Estado Português a assumir diretamente todos os direitos e obrigações relacionados com a Sociedade.

Em dezembro de 2011, a Sociedade adquiriu ao BPN, a totalidade do capital social da BPN - Participações Financeiras, SGPS, Lda., pelo montante de 1 Euro, justificado pelo facto desta entidade apresentar capitais próprios negativos à data da compra. Nesta altura, a Sociedade também adquiriu ao BPN, pelo montante de 1 Euro, os suprimentos concedidos a esta entidade.

**7.** Em termos das contas da PARPARTICIPADAS relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, o Conselho Fiscal destaca os seguintes indicadores:

- (i) O Ativo Líquido ascendeu a 137.257 mEuros, registando um aumento de 3.841 mEuros face ao ano anterior, resultado, sobretudo, do aumento dos Investimentos em Filiais e Associadas, concretamente, do reforço da participação na BPN Participações Brasil, Lda., que passou de 86,48% (23.221 mEuros) para 93,71% (39.945 mEuros), após subscrição de dois aumentos do capital social, investimento ao qual se associou um reforço de imparidades na ordem dos 16.000 mEuros;



# PARPARTICIPADAS, SGPS, S.A.

Conselho Fiscal

- (ii) Os Capitais Próprios, negativos, cifraram-se em 149.520 mEuros, tendo-se degradado 93.241 mEuros face ao ano anterior, em grande medida como consequência do aumento do Passivo da Sociedade, o qual, entre 2010 e 2011, se agravou 97.082 mEuros, totalizando, em 31 de dezembro de 2011, 286.777 mEuros. Tal agravamento é influenciado pelo acréscimo de Provisões (reforço de 67.842 mEuros face a 2010) e pelo aumento dos Recursos provenientes de Instituições de Crédito (mais 29.119 mEuros que em 2010);
  - (iii) O Resultado Líquido apurado no exercício de 2011 foi de 93.241 mEuros, negativos, resultado este, fortemente influenciado pelo significativo aumento das Provisões e Perdas por Imparidade, 83.884 mEuros em 2011, que compara com 56.250 mEuros em 2010, e pelo aumento de juros e encargos similares, dos quais 6.272 mEuros correspondem a juros de Recursos de Instituições de Crédito e 2.606 mEuros correspondem a juros de responsabilidades representadas por títulos.
  - (iv) As demonstrações financeiras apresentam capitais próprios negativos de 149.520 mEuros, situação a que se aplica o artigo 35.º do Código das Sociedade Comerciais.
8. O Conselho Fiscal apreciou ainda o conteúdo da "Certificação Legal das Contas" emitida pelo Revisor Oficial de Contas sobre as Contas da Sociedade relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, as quais compreendem o Balanço, as Demonstrações de Resultados Individuais, do Rendimento Integral Individual e dos Fluxos de Caixa Individuais do exercício findo naquela data.

O Conselho Fiscal chama a especial atenção para a Reserva constante no ponto 5, bem como para as Ênfases apresentadas nos pontos 7, 8 e 9 da Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria às Contas Individuais do Revisor Oficial de Contas.

## PARECER:

Tudo devidamente ponderado, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral:

- a) Aprove o Relatório de Gestão e Contas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados pelo Conselho de Administração da PARPARTICIPADAS;
- b) Pondere sobre a proposta de aplicação do resultado do exercício, que faz parte integrante do Relatório de Gestão;

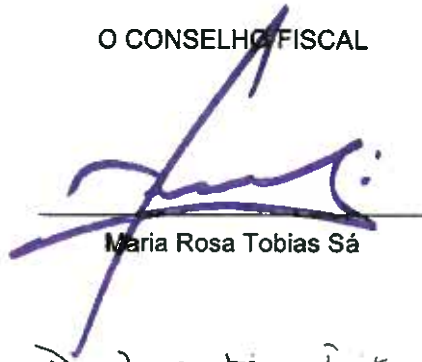
# PARPARTICIPADAS, SGPS, S.A.

*Conselho Fiscal*

- c) Proceda à apreciação geral da Administração e Fiscalização da Sociedade e dela retire as conclusões referidas no artigo 455º do Código das Sociedades Comerciais.

Lisboa, 14 de maio de 2012

O CONSELHO FISCAL



Maria Rosa Tobias Sá



David António Teixeira de Avelar



Miguel Mendes de Barros

## 5. RELATÓRIO SOBRE BOM GOVERNO

  
João Felipe  


## Relatório sobre Bom Governo

### 1. Missão, Objectivos e Políticas da Empresa

#### 1.1. Missão e Principais Objectivos Estratégicos

A missão e objectivos estratégicos da sociedade são os mesmos desde a sua constituição, tal como foram delineados pelo seu accionista indirecto – o Estado Português –, ou seja: aquisição das filiais do BPN – Banco Português de Negócios, S.A., para recapitalização e venda do BPN, centrando-se actualmente a missão e objectivos da sociedade na gestão das respectivas participações sociais e na alienação das mesmos, quando adequado.

Os objectivos referentes ao ano de 2011 foram plenamente cumpridos.

#### 1.2. Princípios Gerais de Actuação

##### 1.2.1. Regulamentos Internos e Externos a que a sociedade está sujeita

A sociedade está sujeita a todas as normas legais relativas às sociedades anónimas, designadamente ao Código das Sociedades Comerciais, às Sociedades Gestoras de Participações Sociais e às decorrentes do seu estatuto de empresa pública, de que se destacam o Regime Jurídico do Sector Empresarial do Estado e das Empresas Públicas, constante do Decreto-Lei 558/99, de 17 de Dezembro (com a redacção actualmente em vigor), e a Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de Março, que aprovou os princípios do bom governo das empresas do sector empresarial do Estado.

A Parparticipadas, SGPS, S.A. está também sujeita à supervisão do Banco de Portugal, por ser detentora de instituições de crédito e sociedades financeiras.

##### 1.2.2. Cumprimento da Legislação e Regulamentação

Toda a actividade da sociedade é norteada pelo cumprimento das normas legais, regulamentares, éticas, deontológicas e de boas práticas, não tendo sido instaurado, em 2011, qualquer processo por infracção das mesmas.

###### a) Aplicação de Normas de Natureza Fiscal

O cumprimento da legislação e regulamentação em matéria fiscal é assegurado por serviços externos competentes para o efeito.

###### b) Aplicação de Normas de Prevenção de Branqueamento de Capitais

Embora a sociedade não disponha de uma Política de Prevenção de Branqueamento de Capitais sistematicamente implementada, a actividade da sociedade é norteada pelo cumprimento rigoroso e escrupuloso da legislação e regulamentação relativa à prevenção de branqueamento de capitais e combate ao financiamento do terrorismo.

###### c) Normas de Concorrência e de Protecção do Consumidor



Dada a sua missão e objectivos – gerir e alienar, quando adequado, as participações sociais adquiridas – a actividade da sociedade é desenvolvida de acordo com as melhores práticas de relacionamento com todos os interlocutores, não envolvendo metodologias de negociação, ou outras, que possam comprometer a protecção do consumidor ou uma concorrência sã e leal.

d) Aplicação de Normas de Natureza Ambiental

A sociedade está comprometida com a preservação do ambiente, através da adopção de comportamentos ambientalmente adequados.

e) Aplicação de normas de índole laboral

Dada a sua missão e objectivos, bem como a dependência congénita do seu accionista directo (o BPN – Banco Português de Negócios, S.A.), a sociedade não tem qualquer colaborador com vínculo de contrato individual de trabalho.

Não obstante, no relacionamento com os prestadores de serviços privilegia o diálogo esclarecedor e construtivo, não fazendo qualquer discriminação com base no género, etnia ou nacionalidade da pessoa que presta ou executa os serviços.

### 1.3. Estruturas de Administração e Fiscalização

O modelo de governo da Parparticipadas, SGPS, S.A. consiste na Assembleia Geral, no Conselho de Administração, no Conselho Fiscal e numa Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que não é membro do Conselho Fiscal.

Os membros dos órgãos sociais são designados por períodos de três anos, estando actualmente em curso o triénio 2010-2012.

#### 1.3.1. Assembleia Geral

A Assembleia Geral delibera sobre todos os assuntos para os quais a lei e os Estatutos lhe atribuem competência, competindo-lhe, em especial, deliberar sobre as matérias previstas no artigo 13º, número 2 dos Estatutos.

A mesa da Assembleia Geral é constituída por um presidente e um secretário. A sua composição é a seguinte:

- Presidente: Joaquim Paulo Taveira de Sousa
- Secretário: Armando Fonseca Pinto

#### 1.3.2. Conselho de Administração

O Conselho de Administração tem as atribuições que lhe são genericamente conferidas por lei e as demais atribuições que lhe estão cometidas pelos Estatutos, competindo-lhe, em especial, o exercício dos poderes referidos no artigo 15º dos Estatutos.

O Conselho de Administração é composto por um mínimo de 3 e um máximo de 11 elementos, sendo um deles designado Presidente.



O Conselho de Administração tem a seguinte composição:

Vogais: Rui Manuel Correia Pedras

Mário Manuel Garcia Faria Gaspar

Jorge António Beja Pessoa

### 1.3.3. Órgãos de Fiscalização

A fiscalização da sociedade compete a um Conselho Fiscal e a um Revisor Oficial de Contas ou a uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, com as atribuições previstas na lei, competindo-lhe, em especial, o exercício dos poderes referidos no artigo 22º dos Estatutos.

#### i) Conselho Fiscal

Actualmente e para o mandato em curso, correspondente ao triénio 2010-2012, o Conselho Fiscal é constituído pelos seguintes membros:

Presidente: Maria Rosa Tobias Sá

Vogais: David António Teixeira de Avelar

Miguel Mendes de Barros

#### ii) Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas é a Deloitte & Associados, SROC, S.A., representada por José António Mendes Garcia Barata, e o Revisor Oficial de Contas suplente é Carlos Luis Oliveira de Melo Loureiro.

### 1.4. Sistema de Controlo

Dada a dependência congénita da sociedade do seu accionista único (o BPN – Banco Português de Negócios, S.A.), o controlo de riscos dos investimentos da sociedade e dos activos da mesma é assegurado pelas estruturas do accionista, supervisionadas pelo Conselho de Administração da sociedade, de acordo com a determinação dos Conselhos de Administração da sociedade e do referido accionista.

### 1.5. Prevenção de Conflitos de Interesses

Decorre do ponto 22 da RCM nº 49/2007 que os membros dos órgãos sociais das empresas públicas devem abster-se de intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas e que no início de cada mandato, e sempre que se justificar, devem declarar ao órgão de administração e ao órgão de fiscalização, bem como à Inspeção-Geral de Finanças, quaisquer participações patrimoniais importantes que detenham na empresa, bem como relações relevantes que mantenham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, susceptíveis de gerar conflitos de interesse.

Os membros do Conselho de Administração da Parparticipadas, SGPS, S.A.:



- Cumprem as disposições legais relativas à comunicação de cargos exercidos em acumulação;
- Respeitam as normas relativas à abstenção de participar na discussão e deliberação de determinados assuntos;
- Respeitam as normas relativas à comunicação de participações e interesses patrimoniais à Inspeção-Geral de Finanças.

Além disso, obedece às regras relativas à declaração de interesses, bem como ao regime de incompatibilidades e impedimentos definido no “Estatuto do Gestor Público” (Decreto-Lei nº 71/2007).

#### 1.6. Remuneração dos órgãos sociais

Em 2011:

- Os membros da Mesa da Assembleia Geral e do Conselho de Administração não eram remunerados, nem a sociedade lhes atribuiu qualquer regalia;
- A remuneração dos membros do Conselho Fiscal cifrou-se em 11.220 euros;
- A remuneração da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas / Auditor foi de 50.000 euros.

#### 1.7. Divulgação de Informação

##### 1.7.1. Divulgação de Informação Relevante

A sociedade é emitente de obrigações admitidas à negociação em mercado regulamentado – na Euronext Lisbon - e, por conseguinte, nomeou um representante para as relações com o mercado e divulga toda a informação imposta por lei.

##### 1.7.2. Divulgação de Informação sobre o Governo da Sociedade

O presente Relatório sobre o Governo da Sociedade, que constitui um capítulo autónomo do Relatório e Contas de 2011 da sociedade, visa cumprir a recomendação constante da Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de Março de incluir no Relatório de Gestão um ponto relativo ao governo da sociedade.

#### 1.8. Transacções relevantes com entidades relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, são consideradas entidades relacionadas desta Sociedade, o Banco Português de Negócios, S.A. (accionista directo da Sociedade), a Direcção Geral do Tesouro e Finanças (accionista indirecto da Sociedade), as outras entidades pertencentes ao Estado Português, as entidades pertencentes ao Grupo BPN e os órgãos de gestão da Sociedade.



Handwritten signature and initials in blue ink, likely belonging to a member of the board or management, located in the bottom right corner of the page.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, as demonstrações financeiras da Sociedade incluem os seguintes saldos e transacções com entidades relacionadas:

	2011				
	Direcção Geral do Tesouro e Finanças	CGD	BPN	BPN Participações Financieiras, SGPS, Lda.	Real Vida Seguros, S.A.
<b>Activos:</b>					
Disponibilidades em outras instituições de crédito (Nota 3)	-	1	19	-	-
Outros activos (Nota 5)	-	-	-	20.850	3.500
	-	1	19	20.850	3.500
<b>Passivos:</b>					
Responsabilidades representados por títulos (Nota 7)	-	54.266	-	-	-
Recursos de instituições de crédito	-	95.813	29.996	-	-
	-	150.079	29.996	-	-
<b>Custos:</b>					
Juros e encargos similares	-	8.720	158	-	-
Encargos com serviços e comissões	108	6	6	-	-
	108	158.806	30.179	20.850	3.500

	2010	
	CGD	BPN
<b>Activos:</b>		
Disponibilidades em outras instituições de crédito (Nota 3)	-	361
<b>Passivos:</b>		
Responsabilidades representados por títulos (Nota 7)	54.169	-
Recursos de instituições de crédito	95.790	900
	149.959	900
<b>Custos:</b>		
Juros e encargos similares	60	-
Encargos com serviços e comissões	-	1
	60	1
	150.019	1.262

#### 1.8.1. Análise da Sustentabilidade da Sociedade

Dada a missão e objectivos estratégicos da sociedade subjacentes à sua constituição, delineados pelo seu accionista único indirecto (o Estado Português), a sustentabilidade da sociedade funda-se, por ora, na gestão e alienação, quando adequado, das participações sociais adquiridas ao Grupo BPN, perspectivando-se, contudo, necessidade de outros fundos para pagar os encargos financeiros da sociedade.